



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO E DOUTORADO EM ECONOMIA

JENITO ABREU JOÃO FAUSTINO

**O PADRÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL EM ANGOLA: UMA
ANÁLISE DA DINÂMICA PRODUTIVA**

SALVADOR

2024

JENITO ABREU JOÃO FAUSTINO

**O PADRÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL EM ANGOLA: UMA
ANÁLISE DA DINÂMICA PRODUTIVA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento econômico.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata.

SALVADOR

2024

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Faustino, Jenito Abreu João

F268 O padrão do comércio internacional em Angola: uma análise da dinâmica produtiva./ Jenito Abreu João Faustino. – Salvador, 2024. 67 f. Il.; quad.; tab.; graf.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata.

1. Desenvolvimento econômico - Angola. 2. Comércio internacional. 3. Desenvolvimento industrial – Angola. I. Mata, Henrique Tomé da Costa. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 338.967.3



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia

TERMO DE APROVAÇÃO

JENITO ABREU JOÃO FAUSTINO

O PADRÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL EM ANGOLA: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA PRODUTIVA

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br HENRIQUE TOMÉ DA COSTA MATA
Data: 12/01/2024 17:04:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
(Orientador – UFBA)

Prof. Dr. Raymundo José Santos Garrido
(UFBA)

Documento assinado digitalmente
gov.br SOCRATES JACOBO MOQUETE GUZMAN
Data: 09/01/2024 22:28:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Sócrates Jacobo Moquete
Guzmán
(UESC)

Aprovada em 09 de Janeiro de 2024

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus por essa etapa, a meu Eterno mano Yuri Faustino, meu caro orientador Drº Henrique Tomé da Costa Mata a Minha mãe Antonica João e meu Pai Antônio Culenga, igualmente a querida Eunice Aníbal Costa, e a força dos meus irmãos e irmãs no quintal, que sempre estiveram espiritualmente comigo, agradeço a Daniel Dala Sumba, Armênio Rodrigues da Roda, Audêncio Vitor, Melquisedeque Vasco, Jerônimo Dias.

RESUMO

O presente estudo buscou entender como o comércio internacional moldou a dinâmica do setor produtivo em Angola, analisamos fundamentalmente, dois momentos de alta performance da economia do país, o período da década de 60 e 70 o chamado período industrial, e em segundo analisou-se o período de 1989 a 2008, o chamado período de ajustes estruturais, o argumento fundamental da abordagem foi que embora esses dois períodos apresentaram crescimento do PIB e das exportações, os fatores produtivos e a demanda local foram negligenciados, o padrão de comércio está na base dessa discrepância. Utilizamos o método comparativo entre esses dois momentos e realizamos uma pesquisa bibliográfica assim como documental, ao fim da pesquisa, verificou-se que o tipo de comércio influencia a dinâmica produtiva, pois o mesmo padrão de comércio, é um padrão de especialização produtiva.

Palavras chave: comércio internacional; setor produtivo; Angola; industrialização; ajustes estruturais.

ABSTRACT

The present study sought to understand how international trade shaped the dynamics of the productive sector in Angola, we fundamentally analyzed two moments of high performance in the country's economy, the period of the 60s and 70s, the so-called industrial period, and secondly, we analyzed the period from 1989 to 2008, the so-called period of structural adjustments, the fundamental argument of the approach was that although these two periods marked growth in GDP and exports, productive factors and local demand were neglected, the trade pattern is in basis of this discrepancy. We used the comparative method between these two moments and carried out bibliographical and documentary research, at the end of the research, we found that the type of trade influences the productive dynamics, as the same pattern of trade is a pattern of productive specialization.

Key words: international trade; productive sector; Angola; industrialization; structural adjustment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Sociedades por ramo de atividade	49
Gráfico 2	Atividades após a independência, por %	54
Gráfico 3	Relação do setor do petróleo no PIB	59
Gráfico 4	Produtividade média por trabalhador	60
Gráfico 5	Produtividade média por setor	61
Gráfico 6	Exportações de angola em USD	62
Gráfico 7	Importações de angola em USD	62
Quadro 1	Balança de pagamento de angola 2003-2008	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tipos de bens na pauta de angola 1950-60	44
Tabela 2	Balanço de pagamento de angola 1960-70	50
Tabela 3	Indicadores econômicos de angola 1989-2001	58
Tabela 4	Crescimento dos setores não petrolífero	59
Tabela 5	Pauta de exportações e importações (2017-2008)	63

SIGLAS E ABREVIACOES

INE	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
UNECA	UNITED NATIONS ECONOMICS COMMISSION FOR AFRICA
P&D	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
SPE	SANEAMENTO POLÍTIICO E ECONMICO
SEF	SANEAMENTO ECONMICO E FINANCEIRO.
FMZE	FUNDO MONETÁRIO DA ZONA
CEE	COMUNIDADE ECONMICA DA EUROPA
EFTA	ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE LIVRE COMÉRCIO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PERGUNTA DE PESQUISA	11
1.2 HIPÓTESES	12
1.2.1 Hipótese I	12
1.2.2 Hipótese II	12
1.2.3 Hipótese III	12
1.3 OBJETIVOS GERAIS	12
1.3.1 Objectivos	13
1.4 JUSTIFICATIVA	13
1.5 METODOLOGIA	14
1.5.1 Sobre Angola	14
1.5.2 Abordagem metodológica	15
1.5.3 Procedimentos técnicos	16
2 TEORIAS ASSOCIADAS AO COMÉRCIO INTERNATIONAL	17
2.1 TEORIAS DO VALOR	17
2.2 SOBRE AS VANTAGENS ABSOLUTAS EM ADAM SMITH	19
2.3 TEORIA DOS CUSTOS COMPARATIVOS E TEORIA NEOCLÁSSICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	22
2.4 NOVAS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNATIONAL	27
2.5 TEORIA DA SAÍDA DO EXCEDENTE E DA PRODUTIVIDADE	30
2.5.1 A questão da Produtividade	30
2.5.2 A questão da saída do excedente	32
3 A INSERÇÃO DA ECONOMIA DE ANGOLA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	34
3.1 A EXPERIÊNCIA COLONIAL	34
3.1.1 A fase liberal	36
3.1.2 Fase liberal burguesa	37
3.1.3 A fase republicana	38
3.2 FORMAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS (1940-1950)	40
3.2.1 A organização da mão de obra	41
3.2.2 A concentração do setor industrial e a forma de circulação do capital	44
3.2.3 Concentração do setor financeiro e déficits no Balanço de Pagamentos no Período de 1960 e 1970	47
4 AJUSTES ESTRUTURAIS E O NOVO PADRÃO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ANGOLA	49
4.1 VISÃO ESTRUTURALISTA NO PÓS-AJUSTES ESTRUTURAIS	49
4.2 O CRESCIMENTO ECONÔMICO ENTRE 2001 A 2008 E PROBLEMAS ESTRUTURAIS	53
5 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

De 2001 a 2008 Angola apresentou um crescimento sem precedente desde a sua independência, a taxa de crescimento foi de 15% ao ano, uma das maiores em África na altura, além do mais, a matriz insumo-produto de Angola, em 2007, apresenta crescimento da indústria de bens de consumo, bens primários constituem 46%, o setor de serviços constitui 42%, e industrial constitui 8%, essa experiência de sucesso, levou a vasta literatura e políticas econômicas que priorizaram estabilização macroeconômicas do câmbio e combate a inflação, - numa altura que, entende-se, de reconstrução nacional após a longa guerra civil, assim como uma pauta exportadora primarizado e financiamentos externos. O argumento apresentado em nossa abordagem é que estas políticas ignoraram alguns elementos do setor produtivo e sua dinâmica, ao mesmo tempo ignoraram a situação da conjuntura internacional e seu impacto na estrutura produtiva local, por esse motivo presume-se que após de 2008 a crise se acentuou e gerou vários custos adversos a tal política de estabilização macroeconômica, pois esse crescimento não foi sustentado ao longo do tempo, muito menos para a estrutura produtiva. Esse trabalho apresenta que o padrão do comércio estabelecido pelo país, levou a essas discrepâncias entre crescimento e desenvolvimento das capacidades produtivas. Heimer (1982) apresenta que os paradigmas de estudos sobre a economia de Angola, carecem de análises sobre os modos de produção, com isso o autor faz crítica a autores como Manuel Alves da Rocha (1980), e Elizeth Marques da Silva (1978) sobre os quais crítica o nível de generalização sobre o modo de produção em Angola.

Esse trabalho, portanto, investiga a trajetória da estrutura produtiva diante das conjunturas do comércio internacional, fazemos igualmente uma observação às décadas de 60 e 70, período que Angola verificou um crescimento similar, e uma estrutura produtiva similar, constata-se que a diferença entre o período industrial de Angola na década de 60 e 70 e o período de 2001-2008, está apenas na proposta de inserção internacional que os precedeu, a primeira estava relacionado com o padrão das vantagens comparativas, o segundo estava ligado a ideia neoclássica da proporcionalidade dos fatores de produção através de ajustes de preços.

Em todo caso, o comércio internacional tem conhecido um processo importante de fragmentação produtiva desde a década de 80, que confere uma mudança nas formas de inserção internacional e novos desafios para os países em desenvolvimento, esta mudança surge no período pós consenso de Washington e ajustes estruturais no sul global, o insucesso desses programas em alguns países deveu-se a inserção internacional através das vantagens

comparativas, promovendo o restabelecimento da abordagem estruturalista no campo teórico-metodológico do desenvolvimento econômico comparado, com forte apelo a políticas industriais.

Considerando esse quadro, Amado cervo (2010), define que o conceito de inserção internacional, explica a variação de comportamento e posicionamento dos Estados nas hierarquias globais, a partir das mudanças nas configurações das políticas econômica, segundo Hammouda (2004) e Lopes (2019) defendem que embora os ajustes estruturais permitiram alguns países a estabilizar sua condição macroeconômicas, tais medidas não produziram o desenvolvimento das capacidades produtivas competitivas em África, as novas formas de inserção internacional no período pós ajustes estruturais, por sua vez, dá-se pela participação em setores estratégicos na nova divisão internacional do trabalho das cadeias globais/regionais de valor, e o retorno das políticas industriais como forma de inserção internacional.

Este trabalho está dividido da seguinte forma; no primeiro momento iremos revisar as teorias do comércio Internacional internacionais, segundo, tratamos da inserção de Angola no comércio internacional fazemos a análise da industrialização em Angola, dos fatores de produção nesse processo e a situação da balança de pagamento, no terceiro momento irá apresentar um quadro sobre o período pós ajustes estruturais, e a discrepância entre crescimento econômico e mudança estrutural em Angola, analisamos a exportações, importações e a balança de pagamento.

1.1 PERGUNTA DE PESQUISA

O problema de pesquisa que levantamos tem a ver com o desempenho recente da economia de Angola, apesar de um crescimento das exportações prevalece o estrangulamento da estrutura produtiva, nossa pergunta fundamental consiste, portanto, em compreender como os padrões do comércio internacional – que, entende-se aqui como formas de especialização produtiva, está a determinar uma estrutura produtiva incipiente e não dinâmica, a despeito do crescimento e do relativo acúmulo do capital?

1.2 HIPÓTESES

Esse trabalho levantou as seguintes hipóteses

1.2.1Hipótese1 As abordagens teóricas tradicional do comércio internacional, carecem de uma adequação a experiência angolana, para estudos sobre a dinâmica das capacidades produtivas e comércio internacional.

1.2.2Hipótese2 Os custos dos programas de ajustes estruturais, no país entre 1993 a 2008, ainda têm impactos de manter o país preso aos desequilíbrios da balança comercial, no crescimento da dívida pública e: o serviço da dívida, como apontou o relatório do Plano Nacional de Desenvolvimento (2018-2022). (INE, 2022)

1.2.3Hipótese3 O setor agrícola é pouco desenvolvido, a agricultura tem baixo desempenho no PIB (6.0%), embora empregue mais da metade da população - em condições de subsistência, dada pressão populacional (3,5% ao ano), nesse setor, existe aí a causa de dificuldades de inversão de capital para setores dinâmicos como manufatura. (Mellor, Lewis, Mind, 1966)

1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do trabalho consiste em compreender como o comércio internacional em suas formas de especialização e padrões alteram os setores produtivos de Angola, uma vez que serão vários os mecanismos desses padrões do comércio, embora esse objetivo se relega a reputar as teorias de bens estar do comércio internacionais – que são dominantes tanto na sabedoria convencional teoricamente, quanto, a priori na experiência angolana, empiricamente, nos viramos fundamentalmente as teorias estruturais e de balança de pagamentos do comércio internacional, além dessas correntes teóricas, esses objetivos poderá ser alcançado pelas considerações de modelos mais recentes e sucedidos das teorias mencionadas, como a elasticidade renda da demanda, e a abordagem da restrição da balança de pagamento.

1.3.1 Objetivos Específicos

Deste modo os objetivos específicos se concentram em trazer os mecanismos de transformação resultado da incidência do comércio Internacional nos setores produtivos, portanto podemos definir tais objetivos da seguinte maneira:

- Como os modelos de abertura econômica criam discrepâncias entre os setores de produção de Angola, e quais mecanismos desse padrão de abertura têm sido preponderantes ao comércio internacional em Angola.
- Qual a diferença entre os padrões na era da industrialização (1960-70), nos programas de ajustes estruturais (1986-1992), e no período recente (1990 – 2008).
- Qual a dinâmica do comércio internacional no momento atual em Angola.

1.4 JUSTIFICATIVA

A razão para escolha da temática sobre o padrão do comércio internacional de Angola, no período pós-ajustes estruturais, se deu pela quase inexistência em Angola, estudos na área de inserção internacional que considera as políticas industriais e participação do país nas cadeias de valor, a tradição econômica em Angola ocupou-se demasiado às questões de estabilização macroeconômicas, durante a guerra civil e pós-guerra, (1975 a 2008) hoje há fortes recomendações para estudos de potencial estratégicos do país e sua participação no mundo (Rocha, 2010). Uma vasta literatura tem recomendado o estudo de inserção internacional através de forças produtivas e dinâmica da estrutura produtiva em países do sul global, sobretudo após o sucesso dos países asiáticos, nesse sentido, Lima (2017) estudou a experiência na Korea sobre a transição estrutural daquele país, em alguns setores estratégicos, as políticas industriais foram determinantes para o êxito, da mesma forma Hammouda (2004) aponta que países africanos, sendo *latecomers*, poderiam tirar lições das experiências asiáticas.

É de suma importância colocar Angola dentro deste debate, porque além de uma mudança nas políticas de inserção em países em desenvolvimento, nas décadas de 80 e 90 ocorreu uma mudança epistemológica nos estudos das ciências econômicas, tanto em ortodoxos quanto heterodoxos, a característica fundamental dessa mudança foi a flexibilização dos modelos Walsariano, para maior atenção a economia de escala, imperfeições do mercado, com maior participação do estado e outros atores. A mudança epistemológica nas ciências econômicas é também prática, uma vez que a importância de políticas industriais estratégicas hoje é reconhecida pelas instituições como FMI e Banco Mundial, Cherif e Hasanov (*apud* Lopes, 2019), economistas de reputação da FMI têm quebrado o tabu sobre políticas industriais, ao mesmo tempo que há uma renovação da política industrial na Europa (Lima, 2020). Segundo Carlos Lopes, - ex-diretor da Comissão Econômica das Nações Unidas para África,

Certas mudanças não são diferentes dos debates ideológicos abundantes e estéreis que giravam em torno do conteúdo e da adequação das políticas do Consenso de

Washington, agora aparentemente enterradas. Significa, no entanto, uma viragem para um novo interesse na política industrial por parte daqueles que negaram os seus benefícios durante muito tempo (Atolia *et al.*, 2018).

De fato, experiências na América Latina (Brasil), tem demonstrado a tendência de um consenso entre estabilização e políticas industriais nas suas diretrizes, da mesma maneira estão as experiências asiáticas. Esse trabalho irá contribuir na análise de como ocorre essa mudança em Angola, de forma comparativa com a experiência dos países asiáticos, e casos crescentes em África de enorme sucesso em políticas industriais no período pós ajustes estruturais como forma de inserir-se internacionalmente.

Segundo Alves da Rocha (2010, p. 20), Angola continua a ser visto como um *case study* de estabilização macroeconômica de mercado, atualmente segundo o autor, o país passou a ser visto como um *study case* de dinâmica estrutural, esse argumento é válido, dado que embora os programas de ajustes estruturais foram massivos da década de 80 e 90, o país manteve essa diretriz até pelo menos a crise de 2008. Segundo Alves da Rocha (2010), essa virada para questões de política industrial e estratégia, não aconteceu antes pelo conflito armado e os pós-conflito como período de consolidação do estado. Mas há desde então um consenso no sentido de mudar os paradigmas para as formas pós-ajustes estruturais da economia local.

1.5 METODOLOGIAS DA PESQUISA

1.5.1 Sobre Angola

Angola está localizada na costa Ocidental da África Austral, a Sul do Equador. Tem uma superfície total de 1.246.700 km², com uma costa marítima de 1.650 Km. A fronteira terrestre ocupa uma extensão de 4.837 Km de comprimento. No sentido Norte - Sul, o território tem um comprimento máximo de 1.277 Km e a largura máxima no sentido Oeste - Leste é de 1.236 Km, com um total de dezoito (18) Províncias, (informação disponível no website do INE de Angola, 2013). Angola faz fronteira a norte e nordeste com a República Democrática do Congo, a Leste com a Zâmbia, ao Sul com a Namíbia e a Oeste é banhado pelo oceano Atlântico. Na região do planalto central do país está à origem dos principais rios, as cinco grandes bacias hidrográficas correspondem aos rios Congos (Zaire), Kwanza, Cunene, Cubango e Queve. Angola possui duas estações climáticas, nomeadamente a época chuvosa e a época seca. O clima é quente e húmido ao longo da região costeira. A média de pluviosidade anual é. Angola passou por conflitos políticos e uma guerra civil prolongada de 40 anos (guerra civil e colonial), destruiu sua capacidade de competição internacional. A

economia do país entrou no círculo do mercado propriamente na década de 50, com uma estrutura ainda semicolonial, entre a década de 60 e 70 há a transformação e industrialização de pequenos setores, interrompido pela guerra civil período que o crescimento era de -4%, as políticas econômicas voltam apenas na década 1999, entre 2001 a 2008 o crescimento do PIB tinha variação anual de 14%, a queda de 72% do preço do petróleo em 2014 e 2016, transformou o ambiente macroeconômico, de tal forma que em 2020 a dívida pública era de 128% do PIB, sendo 80% indexada a moeda estrangeira, o serviço da dívida externa 12%., nesse sentido verifica-se a baixa capacidade de acumulação do capital e diversificação da economia, que constituem-se como grande dilema da economia angolana (Wanderley, 2020).

1.5.2 Abordagem da metodológica

A metodologia buscou atender o objetivo fundamental desse trabalho, o objetivo de identificar como o padrão de comércio incidiu na produção local, no período industrial e no contexto pós a experiência dos ajustes estruturais. Para alcançar esse objetivo foi utilizado o método comparativo, dado que a natureza do objeto dessa disciplina concebe estruturais produtivas dialógicas, dualísticas e dialéticas. Este método é viável pois permite analisar dois ou mais fenômenos paralelos e estabelecer critérios de análises para refutar ou comprovar teorias e hipóteses que se baseia em comparações de experiências que compartilham estruturais produtivas similares como o sul global.

O método comparativo é bastante utilizado no campo de análise do desenvolvimento econômico, sobretudo em matéria de política industrial, deste modo o projeto será desenvolvido da seguinte ordem de etapas descritas abaixo.

1.5.3 Procedimentos técnicos

Os principais instrumentos e fontes da nossa pesquisa foram utilizadas informações dos I, II e terceiro plano de fomento da década de 1960, este material consta no Arquivo Nacional do Ultramarino, para dados sobre a industrialização antes da independência, o objetivo aqui é comparar a estrutura produtiva de Angola daquele período antes dos ajustes estruturais, essa fonte foi bastante utilizada por (Torres, 1981), de igual modo, foi utilizado exaustivamente informações do I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento de Angola, são planos quinquenais que definem praticamente as diretrizes de toda política industrial do país,

elaborados pelo do Ministério da Indústria e Comércio, assim como os relatórios do Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2020).

Pela natureza do objeto em análise, optou-se pelo tipo de pesquisa bibliográfica, para consulta de dados necessários, tivemos uma pesquisa documental, contamos com uma série de documentos primários; fonte de registros, relatórios, documentos públicos, publicações, censo, estatísticas. (Lakatos; Marconi, 2002 ; Gil, 2010). A coleta de dados foi feita a partir de fontes já levantadas provisoriamente, estes dados e informações, são, portanto, qualitativo e quantitativo. A técnica a ser utilizada foi de comparar a experiência de Angola durante seu período dos ajustes estruturais, e contrapondo com outra experiência de Angola no período denominado pós ajustes estruturais, a técnica buscará orientar a melhor política.

2 TEORIAS ASSOCIADAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.1 TEORIAS DO VALOR

Nesta secção buscamos entender o assunto do valor como determinante dos preços internacionais, mas principalmente decifrá-los dentre as teorias do padrão convencionais do comércio internacional a priori, observa-se que o estudo do valor se constituiu a partir de três problemas fundamentais, o da natureza ou a causa do valor, da medida do valor, e a formação dos preços. Existe um consenso sobre o qual a origem do valor doméstico é baseada nos custos e utilidade, especificamente, para os clássicos entre Adam Smith a Ricardo o valor-trabalho, e a tradição francesa entre J B Say, a utilidade, tal como a utilidade marginal entre os marginalistas em 1870.

A tradição inglesa introduz o valor trabalho, que se constituiu um padrão, algumas variantes importantes dessa concepção formaram grandes objeções nas doutrinas dos custos comparativos e aos termos do comercio internacional A teoria do valor-trabalho centra-se na produção, ao buscar explicar a produtividade social do trabalho, o aumento do valor é realizado na evolução da divisão do trabalho, a máxima dessa teoria inicia em Smith que diz, “As coisas que têm o maior valor de uso são frequentemente pouco ou nenhum valor de troca; e, ao contrário, aqueles que têm o maior valor de troca têm frequentemente pouco ou nenhum valor em uso” (Ricardo, 1834).

O problema portanto, está nas principais determinantes diferentes dentre as escolas inglesas, que lançou o debate entre Malthus e Ricardo em *notes of Malthus*, no qual buscava-se entender a questão deixada aberta em Smith, acerca da especialização do trabalho, uma vez que o valor da mercadoria do trabalho e o valor do trabalho, essa brecha levou a Malthus adotar o valor do trabalho comandado, ao passo que o valor internacional por sua vez, é fruto da demanda recíproca com base na teoria dos preços de mercado (Graham, 1923; Eliote, 1950). Esta teoria combina a utilidade marginal e os custos reais no que Marshall considerou a verdadeira teoria do valor. Embora tal debate caiu em um certo niilismo no debate econômico (Singer, 1968). Não obstante a isto, como pontua Johan Robinson, a concepção do valor clássico tinha um teor moral e não científico, que altera subjetivamente no tempo histórico e nos paradigmas científico (Robinson, 1959), a teoria ricardiana ao introduzir na economia, portanto o valor-trabalho formou um sistema científico, ao determinar as taxa de lucro e os preços (reais) através dos coeficiente técnicos de produção, prescindir do valor seria visto como uma inconsistência epistemológica, contudo uma problemática aqui subsiste, ao a

este princípio se tem colocados críticas quanto a dificuldade de apresenta na omissão na duração de jornada e intensidade de trabalho, assim como vários fatores sociais que interferem no salário real, além disto, este problema ao longo do tempo acarretou o debate entre as causas do valor e a mensuração do valor identificado como ambíguo por Bailey (1869), em 1973, Simon Kuznets apresenta esse problema como imprescindível para a diferença entre os países desenvolvidos e os país em desenvolvimento.

Por definição o valor utilidade compreende o processo econômico como uma relação do homem com a natureza e coisas nas quais busca suprir sua satisfação, por sua vez, o valor trabalho compreende a relação homem com o homem no tempo dispendido na produção. Em matéria de comércio o valor é a razão pela qual se procura explicar porque exportar ou importar um produto em relação ao outro. De forma específica a teoria do valor utilidade deu segmento as análises dos termos do comércio internacional cujo determinante deste reside nos salários reais

Na Escola Francesa de economia política a teoria do valor pode ser encontrada no Sec. XIX distribuída entre a teoria do valor-utilidade, uma vez que o valor quase sempre tem o sinônimo de poder ou aumento e sempre acompanhado a categoria de troca, esta escola apresenta um esforço para *mensurar o valor*, Say alegava que a “utilidade não é apenas essencial ao valor, mas também constitui a condição exclusiva determinando em todos os casos as proporções de troca”. Neste caso, o valor de troca é equivalente a proporção dada no valor de uso, este por sua vez, pode ser determinado pelas condições de existência e escassez do produto, classificação do valor no tempo e espaço, então a água embora tenha o *valor de uso* indispensável, seu valor/utilidade poderia ser apreciado de forma diferente em lugares.

Em 1969, Alguiiri Emmanuel introduziu o trabalho celebre intitulado *Enequal Exchange trade*, e em sua tese apresenta que a causa que existe entre países desenvolvido e em desenvolvimento, será a transferência do valor deste último, realizada por mecanismos de circulação do capital, na mesma senda está Marini (1973), que analisou minunciosamente a dinâmica da expropriação do valor social do trabalho, em países em desenvolvimento.

2.2 SOBRE AS VANTAGENS ABSOLUTAS EM ADAM SMITH.

O debate sobre as teorias do comércio internacional, situam-se, segundo Linder (1960) entre as análises da economia de bem estar, análise do crescimento econômico, e análise dos

estruturalistas, o entendimento é que o padrão do comércio internacional define o padrão de especialização produtiva, a abordagem estruturalista ao analisar países ditos, subdesenvolvidos, sugerem que estes, no culminar das *teoria clássica*, seguiram uma forma de produção econômica de dinâmica colonial e semicolonial, como apontado por Hla Myint (1961) com emprego de mão obra a baixos salários e quase inexistente capital, constantes choques externos no balanço de pagamento, ao passo que os países desenvolvidos seguiram um curso promissor do progresso técnico, que os qualificou para maiores ganhos de produtividade, maior participação estratégica no comércio mundial, e sobretudo permitiu estabelecer um paradigma de comércio baseado na relação estática entre estruturas produtivas díspares (UNECA, 2021), Este capítulo irá apresentar a implicância dessa diferença teórica nos países subdesenvolvidos, a partir de um olhar estruturalista que possibilita a análise local e conjunturais.

Autores como Hla Myint (1960) Caves (1974), e recentemente Wontack Hong, (2020) reivindicam a necessidade de diferenciação entre a teoria clássica (Smith, 1776) do comércio internacional, e a teoria dos custos comparativos, de fato tal diferenciação é feita também pela comissão das nações unidas para a economia África (UNEC, 2021) – constam que economia do *export-drive* promovidas colônias no século XIX, apesar do *laissez-faire*, seguiu métodos não clássicos, a abertura comercial se deu junto com tributação de indígenas, para forçar a economia monetária, privilégios de monopólios, e não houve tentativa de desenvolvimento das capacidades produtivas e da demanda local.

Esses autores por sua vez, alegam que Adam Smith, na sua análise, procura estabelecer a relação entre o comércio exterior e o desenvolvimento econômico doméstico, ao passo que a teoria dos custos comparativos apregoa uma relação estática dos fatores ao longo da curva de possibilidade de produção, a despeito do crescimento do capital e das exportações sob a teoria dos custos comparativos no Séc. XIX Hla Myint ao interpretar a abordagem clássica para países em desenvolvimento, sugere a *teoria da produtividade*, e a *teoria da saída o excedente*, a diferença reside na noção de *especialização*, segundo Myint um país deverá especializar sua estrutura produtiva a partir da *saída do excedente doméstico*, e ao mesmo tempo, esse país iria *produtividade*, sobre essa diferença ele escreve.

A “especialização” da teoria dos custos comparativos significa apenas um movimento ao longo uma "curva de possibilidades de produção" estática construída com base nos recursos fornecidos e as técnicas fornecidas pelo país comercial. Em contrapartida, a doutrina da produtividade considera o comércio internacional como uma força dinâmica que, por alargando a extensão do mercado e o âmbito da divisão do trabalho” (Myint, 1960). Na

comparação teoria dos custos produtivos, a "especialização", concebida como uma realocação de recursos, é um processo completamente reversível. O processo de especialização de Adam Smithian Contudo, a mudança envolve adaptar e remodelar a estrutura produtiva do um país para satisfazer a procura de exportação e, portanto, não é facilmente reversível. Isto significa que um país especializado no mercado de exportação é mais vulnerável capaz de mudanças nos termos de comércio do que o permitido no comparativo teoria dos custos (Myint, 1960).

Feita essa diferenciação, consideremos propriamente a teoria clássica do comércio; a teoria está ancorada na ideia do valor do trabalho no sentido do custo menor de produção, reitera que um país deveria se especializar na produção de bens que tivesse menor custo de produção, o trabalho é o único fator de produção, sendo este trabalho homogêneo sem economias de escalas, de fato, os demais custos como transportes, conhecimentos, confinados apenas no custo do trabalho-hora. De igual modo presumia, um mercado de concorrência perfeita, de um lado, e do lado dos demandantes, são agentes racionais com conhecimento de preços e mercado.

A priori, é importante destacar que a concepção de Smith está ligada a investigação sobre a riqueza das nações, para tal sua principal tese será a divisão do trabalho, Smith sugere pelo menos duas funções levado a cabo pelo comércio primeiro; superar a estreiteza do mercado interno ao contar com um mercado externo, segundo; este movimento, eleva a divisão do trabalho e o nível de produtividade entre os países, esta elaboração, como reiteram não desenvolvimento uma análise comparativa como seguiram os teóricos posteriormente, mas seguem uma análise própria com base na produtividade, como descreve um comércio através dos mecanismos do mercado que pudessem gerar maior ganho de produtividade e permitir a riqueza através das trocas comerciais entre os países, e tais trocas deveriam ser resultado de vantagens absolutas que cada país possuísse na medida que tive menor custo de produção em determinado bem, a teoria portanto apresenta as seguintes características importantes, cada país deve especializar-se (completamente) nos produtos em que tem vantagens absolutas em termos de custos (ou produtividade), ou seja, em que o número de horas de trabalho requerido para a sua produção é menor. Os custos da produção são nesse sentido, determinantes para o comércio internacional.

Algumas críticas se levantaram contra a teoria da especialização absoluta, os quais alegaram a possibilidade de um país ter vantagens ou desvantagens em quase todos os domínios da sua economia o comprometeria por si só, a sua participação no comércio mundial. Outras objeções alegaram que embora dois países possam ter custos constantes, uma diferença

tecnológica entre os dois aumenta a assimetria das trocas por maior eficiência e produtividade de um em detrimento do outro, uma implicação ainda mais severa da teoria, é que se um país for muito mais ineficiente nos dois bens, este país terá a impossibilidade de participar no comércio internacional, aqui, segundo Viner (1960), Myint (1960) reside a crítica fundamental a sua teoria, o qual não incorporou a análise comparativa dos custos, e omissão sobre a parte monetária do comércio internacional, para Hla Myint alguns aspectos da teoria de Smith abrem indagações sobre o processo de desenvolvimento domésticos, o autor apresenta elementos de implicações de desenvolvimento na teoria Smithiana.

Hla Myint (1958), busca solucionar a controvérsia sobre a aplicabilidade desta teoria visto como *padrão de comércio desfavorável*, atribuído a teoria clássica do comércio, por um lado por críticos que alegam a relação entre produtos manufaturados e matérias primas nos países em desenvolvimento, do outro lado, ortodoxos apresentam o modelo das vantagens comparativas como aplicável nestes países, (como teoria clássica do comércio internacional) não traduz ao todo o rigor científico de sua teoria, ressalta que alguns impasses da teoria de Smith apontam para o estudos do subdesenvolvimento no comércio internacional, sustenta que Smith não é um padrão de comércio de alocação de recursos, mas de relação entre a economia internacional e a doméstica para desenvolvimento a longo prazo.

2.3 A TEORIA DOS CUSTOS COMPARATIVOS E A TEORIA NEOCLÁSSICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A teoria das vantagens comparativas, procurou resolver a indeterminação anterior em Adam Smith o qual, sob o qual um país com vantagem em dois produtos, estaria inibido em participar no comércio internacional, Ricardo desenvolve a teoria das vantagens comparativas ou relativas, no qual ainda que um país tivesse vantagens absolutas, este poderia participar a partir da produção mais eficiente dados seus custos de produção, neste caso se um dado país A é relativamente mais eficiente na produção no produto Y e um outro dado país B é relativamente mais eficiente na produção de X, então estes países tem um incentivo a troca, dado aos seus custos relativos, assim Ricardo advoga que estes países deveriam se especializar completamente em tais setores produtivos. deste modo, esta teoria procurou determinar o padrão de especialização produtiva e de troca.

Assim como Smith, Ricardo utiliza o conceito do valor-trabalho como o único fator de produção, na verdade, a teoria pressupõe alguns elementos importantes, a saber; o comércio em análise acontece entre dois países e duas mercadorias, nessas economias existe uma livre mobilidade de fatores de produção e concorrência perfeita entre os agentes que operam sem intervenção estatal, ao considerar a possibilidade de escassez de recursos, o autor reputou associar a curva de possibilidades de produção e o comércio internacional, como razão para que um país acometido com um *trade-off* entre produzir o bem A em detrimento do bem B, pudesse se inserir no comércio internacional para a expansão da curva da fronteira de possibilidade de produção, o *custo de oportunidade* existente ao deixar de produzir um bem A, e produzir um B, é a vantagem do país ao participar no comércio internacional se especializando na produção com maior vantagem comparativa. Os preços relativos, portanto, seriam a variável que determinariam o comércio do país, porquanto o produto que tiver maior preço relativo ali estará a vantagem comparativa (Lima, 2013).

Algumas críticas e objeções foram apresentadas como a de Haberler o qual, questionou o trabalho como único fator de produção, argumentando que o fator trabalho não é homogêneo, que não há de fato mobilidade deste fator entre ocupações e localização sobretudo no curto prazo, segundo o tal, a maior parte dos fatores são imóveis geograficamente, portanto, urge reputar um conjunto de recursos produtivos e detrimento de um único fator. Em adição à teoria dos *custos comparativos*, as análises minuciosas de Stuart Mill sobre os *termos de troca da mercadoria e a demanda recíproca*, do qual Torrens and John Stuart Mill, Marshall, fazem parte dessa abordagem, considerando esse ponto importante e até mesmo um paradigma para os ganhos de comércio Mill anui a posição clássica, no seu *Essays on some Seattle questions political economy* (1829-1830), que os termos de troca são determinados pelos limites do custo de produção de diferentes países, e por outro lado estes são determinados consequentemente, os termos são determinados pela demanda entre os dois países com base em seus setores produtivos, o que constitui a demanda recíproca (Torrens, 1842).

A crítica fundamental aos termos de troca surgiu de Graham (1923), que adicionou na análise do comércio a diferença do tamanho entre dois países, considerando que dados os custos ambos irão se especializar totalmente na sua produção mais eficiente, assim, o país menor terá uma especialização completa e o país maior terá uma especialização parcial, uma vez que a exportação do país menor não será suficiente para atender o consumo do país maior,

segundo o autor está relação irá desequilibrar os termos de troca, restando apenas ao país maior, como solução possível, diversificar sua pauta de exportação (Domingues, 1990).

Sobre a crítica relativo ao produto especificamente, o autor objeta que dois países de proporções semelhantes após a especialização completa em bens de mais produção eficiente, ocorrerá que em um deles (A), em virtude de ter um produto inferior, ou um consumo não suficiente, se verá compelido a pagar as importações com os resultados dos bens exportados, neste caso temos um termo de troca desigual em desfavor ao país (A). Como consequência os desequilíbrios nos termos de troca irão se agravar com a necessidade do país passar a produzir um volume maior do que o requerido, para satisfazer a demanda conjunta de ambos os países criando déficit em outras mercadorias, deste modo, a oposição entre uma oferta de um produto e a insuficiência de outro agrava os termos de troca, e permanece até um país passar a produzir o que importa (Manolescu, 1970), assim em contraste com a teoria ricardiana, o qual a oferta (exportações) determinaria a razão das trocas- dados especialização completa e os custos constantes em ambas as mercadorias, Graham aponta as possibilidades de insuficiência da demanda.

Uma indeterminação na teoria das vantagens comparativas – descrita anteriormente, consistia no fato de que a mudança nas condições do fator trabalho e a emergência de outros fatores não era verificado, viu-se necessário, portanto, ampliar a investigação sobre demais fatores de produção, porquanto, não bastava determinar que os custos de produção garantiam a vantagem comparativa, mas de qualificar as razões que diferenciam tais custos, as abordagens introduzidas por Eli Heckscher e seu aluno Bertil Ohlin em 1919, procurou resolver tal indeterminação, mais tarde melhorada por Paul A. Samuelson em 1949, o paradigma formado pelo modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson (ano) tem como pergunta inicial, o que determina as vantagens comparativas em primeiro lugar? O padrão de comércio estabelecido por essa teoria sugere que os países têm diferentes dotações relativas de produção. Esta teoria está preocupada com a otimização internacional da especialização, e com o aumento do *bem estar* pelos fatores de utilização.

A ideia básica da teoria de Heckscher Ohlin é que o comércio internacional é a troca de fatores de produção, (terra capital e trabalho) portanto, é uma atividade de arbitragem indireta desses fatores entre os mercados dos países, dado a possibilidade de imobilidade de fatores de produção em alguns países a teoria sugere a transferência de onde há abundância dos fatores para lugares onde são escassos – proporcionalidade de dotações fatoriais, essa arbitragem indireta proporcionaria a eliminação das diferenças dos preços (Leamer, 1995). Da mesma

forma compreende assim tal teoria, Segundo Bernal, (pág. 153, 1980) a base neoclássica do comércio internacional é a teoria de alocação através de mercados perfeitamente competitivos de serviços de fatores de pleno emprego entre atividades econômicas alternativas, igualmente, defendem essa posição (Samuelson, 1949; Krauss; Johnson, 1990). Segundo Laemer (1995),

Talvez o A implicação mais importante do modelo HO é que a opção de vender fator serviços externamente (através da troca de mercadorias) transforma um mercado local de serviços de fatores num mercado global. Como um Como resultado, a procura derivada de fatores de produção torna-se muito mais elástica e também mais semelhante entre os países (Leamer, 1995).

Dada esta visão teórico, a teoria neoclássica elaborada por Hechscher e Ohlin, procura determinar o equilíbrio desses fatores partindo do argumento de que a divisão do comércio internacional é uma relação de abundância ou escassez nas dotações dos fatores de produção nos países, que por sua vez são determinantes para os termos de troca de importações e exportações, de forma geral a teoria procura relacionar o comércio internacional com o mercado interno, ao destacar os preços relativos e a distribuição de renda, irá proporcionar uma igualdade nos preços dos fatores de produção. De fato, essa teoria teve grande impacto no século XX, sobretudo na emergência dos neoclássicos entre 1970-1990, em África, especialmente em Angola, serviu como base para os programas ajustes estruturais, cujas políticas de estabilização dos preços, acoplou o mercado interno ao externo numa relação estática de vantagens comparativas, o país passou a exportação de commodities sem precedentes. Mas esse modelo, ainda convencional, sofreu críticas antes e atualmente.

A inversão mais paradigmática dessa teoria foi o paradoxo de Leontief ao considerar os postulados da escola neoclássica procurou determinar a composição produtiva da economia americana a partir da análise dos fatores produtivos (capital e trabalho) nas exportações e importações americana, utilizando os dados do insumo produto daquele país, chegou a conclusão que os estados unidos exportava bens intensivos em mão de obra, e exportação bens intensivos de capital.

Dada esta situação, a convenção A teoria nacional do comércio internacional (na sua versão Ohlin) diria que esta desproporção inicial entre terra e trabalho teria sido equilibrada eliminados por ajustes de preços apropriados: ou seja, os aluguéis seriam baixos e relativamente mercadorias que usam ativamente a terra teriam preços baixos, enquanto os salários seriam elevados e as mercadorias relativamente consumidoras de mão-de-obra teriam preços elevados. Em equilíbrio, não haveria capacidade produtiva

excedente (embora poderia haver excedente de terra por si só) porque o fator escasso, o trabalho, foram totalmente empregados (Myint, 1960).

A concepção de Ricardo entendia que o valor era determinado pela quantidade de trabalho incorporado na mercadoria no processo da sua produção, esta concepção do valor - trabalho distingue-se daquelas dadas pela utilidade ou pela escassez foi elaborada em comentários no *Notes of Malthus*, onde apresenta-se aqui uma distinção entre o pensamento sobre o valores de uso ou utilitário, os valor nominal de troca ou monetário, e o valor real das necessidades e conveniências, ao estabelecer essa distinção Ricardo destaca que o valor deve ser mensurado por uma medida invariável em detrimento de outros produtos, neste caso, o valor nominal, ou a soma da produção em números monetários não será suficiente para medir o ganho das trocas entre a oferta e a demanda, para este desígnio, seria necessário a análise dos valores reais.

Para Ricardo a medida do valor real não pode ser variável, e objeta que Malthus ao determinar o valor real a partir do comando das necessidades da vida e do trabalho, na verdade estava lidando com o fenômeno da riqueza, como descreve em *Notes* “A riqueza é estimada por sua utilidade para proporcionar prazer ao homem; valor é determinado por facilidade ou dificuldade de produção” Segundo o autor o custo e valor são mesma coisa na medida em que o valor natural (real) é o produto reembolsada pelo seu preço considerando todo seu processo de produção, e o valor relativo será o custo de produção do primeiro e do segundo respectivamente (*Notes*, 1843). A teoria do valor custo-trabalho de Ricardo foi a base para a teoria dos custos comparativos, - embora este vem sido rejeitado e constantemente substituído por *custo de oportunidade*, a teoria do custo-real do valor, sofreu alterações importantes em Carnies, J. S Mill, e Bastable e Edgeworth, substituem por "unidades de poder produtivo", em todo caso, a definição estrita do custo “real”.

Serviria apenas para distinguir quantidades dos serviços dos fatores necessários para produção a partir de despesas monetárias de produção, da mesma maneira em que "real" é aplicado à renda para distinguir as mercadorias que renda monetária pode comprar da renda monetária em si (Ricardo, 1843).

O debate dos custos comparativo nesse sentido, vai dar lugar aos padrões de comercio internacionais baseado na proporção entre as taxas de salários em diferentes salários e diferentes fatores de produção para diferentes indústrias, é nesse sentido que surge as objeções sobre a proporção de ganho do comércio entre dois países ou mais países, entre

diversas commodities, embora rejeitado a doutrina dos custos comparativos é a esteira para o debate *dos termos de troca*, que passa a ser um novo paradigma para os padrões do comércio internacional.

Como já enunciado, Malthus, rejeita, ou diríamos, teria sido mais técnico ao abordar o valor, Malthus se baseia no *comando de mão de obra*, nesse aspecto, a abertura comercial implicaria a diminuição da participação da mão de obra e ao mesmo tempo um aumento do poder de compra, o autor sugere também uma vantagem seria enquanto se perde no setor do emprego, outros setores agora podem gerar maior renda física, o critério para mensurar os dois cenários aqui seria o coeficiente de utilidade. Já Haberler (1910) diverge apontando que a abertura comercial pode favorecer a mão de obra, dado que, segundo o autor, a abertura econômica aumenta o preço real dos fatores específicos dos setores de exportação, e diminui o preço real dos fatores não específicos dos setores protegidos, em os termos de comércio, mas com uma grande resistência nas.

O debate sobre o valor surtiu um destaque importante sobre determinação objetiva e/ou subjetiva do valor, isto é, a diferença entre a medida do valor e a causa do valor, Segundo Bailey (1826), considerou que havia uma confusão entre os autores clássicos pós Adam Smith, sobre esse tema, uma vêz que o trabalho aplicado na produção não pode ser totalmente decifrado como objeto Malthus, a solução de Ricardo foi classificar este trabalho na mercadoria produzida, ou seja, o trabalho incorporado, mas esta solução não resolveu tão importante dilema de Kuznets (1973), que retrará que “a convencional medida do produto nacional e seus componentes não refletem muitos custos de ajuste nas estruturas econômicas e sociais para a canalização das principais tecnologias inovações; e, de fato, também omitir alguns retornos positivos.” aponta que a confusão da medida do valor tem reduzido a produtividade em países em desenvolvimento.

2.4 NOVAS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Antes de mais, lembremos que a indeterminação das teorias de dotações ou proporção dos fatores foram indeterminações que levaram a uma ruptura das abordagens metodológicas e teorias no começo da segunda metade do século XX, essa indeterminação se deu sobretudo pela não reversibilidade do capital, o que permitiu vários aspectos por se analisar, metodologicamente alguns deles continuaram a manter os esforços de equilíbrio estáticos, e outros seguiram a dinâmica, teoricamente alguns seguiram a linha neofatoriais de sucessão a Leontief, e outros seguiram a linha de neo-tecnológicas, esta divisão é importante para

classificar a chamada nova teoria, que embora tenha um escopo diverso e em discussão, pode-se dizer que em certa medida ele tem um paradigma específico, e sua relação com a firma nesse aspecto teórico-metodológico é ainda mais peculiar, especialmente com a dinamização neoclássica da firma pela internalização do progresso técnico. As novas teorias do comércio internacional são assim denominadas por Michel Ranielli (2004) São apresentadas por Krugman (2015) B Balassa (1996).

Temos uma associação entre o comércio e as teorias de crescimento econômico, essa associação é fundamental para a firma na nova teoria do comércio em sua configuração, as teorias formuladas no modelo de Solow, e sobretudo o de Nicolas Kaldor, apontaram grandes margens de externalidades que precisam ser explicadas, aliás as externalidades marshallinas no caso da aglomeração da indústria já prenunciava esse fato, vemos uma sucessão de modelos que tentam lidar com a indeterminação sobretudo de Harrod (1939)- que flexibilizou seu modelo pelo coeficiente de capital, portanto essa forma de endoginização se dá não apenas pelo lucro e incentivos de mercado mas sobretudo pela alocação de recursos entre bens de produção final e formação de capital (Herrera, 2015).

Tal como sugere Herrera, a razão do surgimento do processo de endoginização do progresso técnico para o agente, reside no entendimento de haver compatibilidade com os retornos constantes de escala global. Nesse sentido uma das contribuições para nova teoria foram as considerações de Nicholas Kaldor que desenvolveu seu modelo incluindo retornos crescentes de escala , que foi como um ponto de inflexão, portanto as tendências de endoginização do modelo de crescimento de Solow – um modelo de uma economia fechada nos moldes de Robinson Crusoe, foram realizadas por Romer (1990), Lucas(1988), e Krugman, entre outros, na tentativa de neutralizar as chamadas externalidades, com isto vemos a adoção desse novo paradigma para as teorias do comércio internacional, como o caso de Grossman e Helpman (1990) na obra *comparative advantage and long run Growth* onde os autores apresentam as vantagens comparativas nos termos desta nova teoria aliada às teoria do crescimento endógeno, onde buscam as determinantes de P&D para a criação de especialização, em primeira instância 1) se um país com vantagens comparativas em P&D demanda bens finais, isto reduz sua participação em produtos médios e retarda o crescimento, 2) um estímulo a exportações por subsídio, reduz a participação estável do país em produtos médio e P&D,- o crescimento mundial crescerá se tais políticas forem ativas em países com desvantagens comparativas em P&D, 3) subsídios em P&D gera crescimento no longo prazo, caso seja feita em país que tenha vantagem comparativa em P&D (Grossman, 1990)

Com a presença de retornos crescentes de escala, o conhecimento, infraestrutura e inovações da firma criam vantagens como vimos em Kaldor e Grossman and Helpman, a nova teoria do comércio internacional, admitindo as economias de escalas, irá considerar equilíbrios infra-ótimos, sobretudo nas economias externas de escalas, como vemos em Barro's (1988). Na medida em que as economias externas formam concentração localidades de produção, o Krugman verifica que há uma correlação de equilíbrio entre a demanda e oferta de produtos, na medida que se produz mais, os preços caem, portanto, numa localidade normalmente se opera em custos médios em queda de preços ao longo prazo, as vantagens comparativas para Kugruman estariam além das razões da dotação dos fatores e/ou aqueles dos custos de produção, mas tais teriam razões históricas de um *path dependence*, onde os grandes distritos indústrias ganham uma peso pela sua trajetória histórica (Krugman, 2015).

Esta visão neoclássica, do comércio é acompanhada por outras abordagem conforme mencionamos anteriormente, as teorias neofatoriais e neo-tecnológicas, que partilham o mesmo campo ontológico mas que são de diversos paradigmas tanto ortodoxo quanto heterodoxo, conseqüentemente a trajetória da indústria nesses abordagens teria uma dinâmica diferente na criação de especialização, a firma em sua natureza orgânica, tem um avanço da tecnologia de inovação do seu processo e produto - tecnologia no *lactu sensu*, como estudo da técnica em sua abrangência, que justificariam sua mobilidade e não necessariamente questões “não econômicas” como a dependência da trajetória histórica, um estudo feito por Vernon sobre o ciclo de vida do produto, na gênese das multinacionais e investimento *offshores* destacou o processo, isto é, a introdução do produto até o declínio como resultado de alguns fatores importante a considerar para firma, embora alguns deles são conhecidos na firma convencional como o que acontece na introdução do produto, - maior capital humano em detrimento de menor capital intensivo, no crescimento do produto- há maior competição entre as indústria, na padronização do produto- há uma formação de oligopólios e/ou monopólio, e no declínio, existe uma retirada do investimento (Rainelli, 2003). Como percebe-se a localidade da firma requer investimentos importantes em marketing, P&D, e capacidades organizacional e processual, que determinam o valor para vantagem comparativa entre as indústrias em detrimento daquelas vantagens competitivas ou ainda elementos ditos “não-econômicos”.

Krugman ainda faz um melhoramento na sua abordagem mencionada anteriormente, a esta abordagem que designou nova geografia econômica, apresentados sobretudo na obra geografia espacial e na obra geografia e comércio, onde sugere existirem “forças centrífugas e

centrípetas, representadas por *linkages*, mercados densos *spillovers* de conhecimento e outras economias externas puras”, ”Forças centrífugas seriam fatores fixos e imobilizados tais como aluguéis e custo de *commuting*” (Sousa, p. 20, 2003), começando em Marshall ao identificar os distritos industriais e sua dinâmica que revelavam claros fatores exógenos, desde então há a tentativa de conservar a competitividade entre os agentes a partir de axiomas dos modelos convencionais e racionalização da firma, isto acontece ao mesmo tempo que se admite que a firma pode agregar diversos fatores de produção e pode operar em competitividade imperfeita.

Quando vemos essa realidade na análise de um complexo industrial ou um Cluster, e quando essas economias externas se multiplicam em regiões e estratégicas, devemos ver qual implicância isto tem para a especialização regional, como vimos naquelas das indústrias de lã que se multiplicavam na Inglaterra, mas na medida em que surgia a inovação tecnológica e novos fatores de produção, causava a especialização regional, essa dinâmica hoje já mundializada, tem características muito parecidas em termos de concentração/localização, Andreff (2003) descreve as estratégias das firmas quanto a flexibilidade de localização, embora as multinacionais se mobilizem seja pela fusão, aquisição de transnacionais ou pela alianças estratégicas, e seguindo umas as outras em competições oligopolistas, o fazem para reduzir a barreira territorial, emancipar-se dela e torná-la variável exógena, a fim de poderem atuar endogenamente. Nestes termos a descentralização da produção local, cria especialização nos países de destinos pelas atividades intra-firma, esse processo que inicia na década de 1960 é igualmente o processo de racionalização da produção da firma, que na teoria vigente do comércio, quando não cria especialização concentrada em um espaço específico, cria noutras regiões pelas filiais, terceiros ou alianças estratégicas que irão compor o produto final.

2.5 TEORIA DA SAÍDA DO EXCEDENTE E DA PRODUTIVIDADE

2.5.1A questão da Produtividade

Hla Myint (1958) reformula a teoria clássica do comércio internacional baseado na abordagem estrutural da produtividade em detrimento dos custos comparativos, que denomina teoria da *capacidade produtiva e da saída de excedente*, o que reivindica ser uma abordagem smithiana para o comércio internacional, mas neste caso aplicado a economias de países em desenvolvimento. Myint avalia característica dos países em desenvolvimento desde o século XIX, e verifica que o valor total e a produção física das exportações desses países em

desenvolvimento ao se expandiram rapidamente e houve mais aquisição de terras com as mesmas técnicas, por outro lado a deslocação para o sector de minas é seguida de mão de obra barata, portanto há pouco incremento de máquinas menor especialização e divisão do trabalho, sem inovações ou melhorias contínuas de produtividade homem-hora, criando uma capacidade ociosa de *subsistência* (Mill, 1873). A teoria da produtividade sugere que o comércio internacional deveria aumentar a extensão do mercado e com isso a divisão do trabalho no espaço doméstico (Myint, 1958, p. 321).

Contudo como veremos para o caso de Angola, a expansão se deu pela utilização de meios rudimentares na agricultura, a descoberta de minas se seguiu com mão de obra barata, os incrementos em comunicação e transportes, aumentaram o volume do comércio nessas regiões, e não a produtividade do volume, Segundo S. H. Frankel (1910) em um estudo denominado *internacional capital in África*, demonstra como esse modelo de comércio foi reforçado historicamente enquanto houve ondas de demandas por produtos primários, esta dinâmica do capital tem sido ignorado na teoria convencional dos custos comparativos, conforme aponta Hla Myint

O fenômeno da mobilidade internacional do capital e do trabalho tem sido em grande parte negligenciada pela teoria dos custos comparativos, que se baseia na suposição da mobilidade perfeita de fatores dentro de um país e sua mobilidade imperfeita entre diferentes países. A abordagem da capacidade produtiva excedentária em menos sirva para nos lembrar que a produção dos setores de mineração e plantações pode expandir sem necessariamente contrair a produção interna de subsistência (Myint, 1950, p. 326).

A teoria da produtividade preconiza um excedente produtivo, de acordo com Hla Myint, os países com pequenos agricultores de subsistência, que produzem o suficiente para seu sustento, não deveriam entrar no comércio da economia monetária, sem que garantissem uma produção excedente, de acordo com a teoria convencional das vantagens comparativas não há razão para esses agricultores não produzirem para a exportação, onde possuem vantagens, e terem déficits alimentar mas possuírem rendimentos monetários para compra de outros bens. Tais objeções de Myint, procuram ir contra a posição convencional do comércio, a teoria convencional supõe que antes de se inserir no comércio internacional, o país já tenha uma situação dada, mas ocorre que os países subdesenvolvidos tem escassos técnicos, demanda inelástica, coeficientes técnicos não variáveis, produção doméstica de matérias primas. Nesse sentido, a teoria do excedente fornece um ajuste exato a todos os padrões particulares de desenvolvimento em diferentes tipos de economias de exportação. Ainda segundo Mill os

ganhos dos termos de comércio no caso dos custos comparativos seriam ganhos diretos, e os ganhos da produtividade seriam efeitos indiretos, a especialização da produtiva aqui, implica a mudança na estrutura produtiva, com alocação de recursos, não muito reversível, o que indica que um país voltado à exportação de forma simplesmente estática, é mais vulnerável a mudanças nos termos de trocas.

2.5.2 A questão da saída do excedente

A *objeção de Myint* sobre a teoria dos custos comparativos sugere que nesta teoria os recursos são dados antes do comércio, e a função do comércio é realocar os recursos domésticos ao novo *preço* relativo da economia aberta, neste caso, dada às técnicas e pleno emprego a produção de exportação só pode ser aumentada ao custo de reduzir a produção nacional local. A *segunda objeção* - atenta para o problema da pressão *da população* sobre a produção, o autor sugere uma demanda interna inelástica pelo produto exportável, menor imobilidade interna e especialidade dos recursos, o autor considera ainda dois tipos de vulnerabilidade aquela dos custos comparativos dada pela especialização da vantagem e a vulnerabilidade que surge do fato de um país ter formado um excedente no sector de exportação.

Para a introdução na economia monetária nos setores é necessário: garantir seu mínimo de subsistência antes de assumir os riscos da negociação; o que permitem ver as mercadorias importadas que obter do comércio na natureza de um ganho líquido claro obtido apenas para o esforço da mão de obra extra no cultivo da safra de exportação. E depois desses dois passos acima temos: crescer *extensivamente*, com melhorias no transporte e comunicações e lei e ordem, isso trará um primeiro grupo de camponeses. crescer *intensivamente* transformando o primeiro grupo de camponeses de "*tempo parcial*" para produtores "*tempo integral*" (Myint, 1958).

Ao contrário da teoria Heckscher Ohlin, esses países permanecem subdesenvolvidos precisamente porque não conseguiram construir um comércio de exportação para lidar com sua população crescente, a pressão da população inflige uma dupla perda para a vantagem comparativa de exportação do país: primeiro, através de simples retornos decrescentes, e em segundo lugar, desviando recursos do uso mais produtivo para o menos produtivo mas a análise de Hla Myint, sugere que é muito mais fácil promover o crescimento da economia monetária na fase inicial, quando um país é recém-aberto ao comércio internacional e ainda tem bastante terra e mão de obra excedentes do que numa fase posterior, quando não há mais

recursos excedentes, particularmente terra, para alimentar o crescimento da economia monetária. De fato, a despeito de liberar uma economia e adotá-la aos mecanismos de preços, a doutrina dos custos comparativos admite um ajuste ou uma quantidade considerável de interferência do Estado para se mover em direção ao equilíbrio de custos comparativos (Viner, 1945).

Myint ainda acrescenta que, a despeito dos custos reais incorridos na produção, custos de tributação, os economistas ortodoxos, ao insistir rigidamente em aplicar a teoria dos custos comparativos aos países subdesenvolvidos. A implicação da abordagem de capacidade produtiva excedente portanto, é reavaliar essa noção de "viés de exportação". Nos setores de exportação camponesa, no estágio inicial com populações esparsas e abundância de terras excedentes, a verdadeira escolha não foi tanto entre usar os recursos para a produção de exportação ou para a produção doméstica entre dar emprego aos recursos excedentes na produção de exportação ou deixá-los ociosos (Myint, 1950).

3 A INSERÇÃO DA ECONOMIA DE ANGOLA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

3.1 A EXPERIÊNCIA DO PERÍODO COLONIAL

A divisão internacional do trabalho distribuído na sua dimensão planetária do capitalismo, cria reprodução do capital nos polos periféricos e semiperiféricos, a este movimento Osório (2012), denominou o conceito do padrão de especialização produtiva, segundo o mesmo, cada país tem uma participação distinta, mas que a regularidade se segue em 1- um padrão produtivo agroexportador, 2- produção industrial, 3-, padrão de especialização produtiva, e ademais acresce-se aqui a configuração sócio-política de grupos de interesses e agentes nacionais (Filgueiras, 2014). Esse capítulo apresenta como Angola se inseriu no comércio internacional a partir de sua especialização produtiva peculiar.

Segundo Mello (1960) muito antes da segunda revolução industrial, a chamada economia colonial precedeu como transição de um movimento ainda maior; o espaço entre o feudalismo e o capitalismo, observa-se sucessivamente, o absolutismo, a sociedade estamental, o capitalismo comercial e a economia colonial como precedente então, do capitalismo industrial. Nessa secção procuramos desenvolver como os o fatores externos desse movimento assim como os internos determinaram o padrão do comércio de Angola, para tal compreendemos iniciar a análise a estrutura da economia colonial a princípio, e o capitalismo industrial a posterior, considerando que existe uma gama de literatura que aponta a inexistência de atividade econômica relevante no período colonial 1885 em Angola, nesta linha de raciocínio estão autores como Richard Hammond, Fontoura, Torres, os quais acharam consentâneo caracterizar tal período como de um *imperialismo antieconômico* de Portugal, de tal forma que consideram ter havido uma estagnação das atividades econômicas até entre 1864-1885, justificam o argumento apontando a perda de mão de obra no tráfico de escravos, e formação apenas de pequenos entrepostos comerciais e um consumo local *a lá* vebleliano.

Por outro lado, João Manuel Cardoso de Mello, descreve todo o sistema colonial como parte da transição fundamental de entre o feudalismo para o capitalismo, cujas bases econômicas estão presentes necessariamente para tal, *em primeiro lugar* como vimos, a economia colonial é uma etapa de um movimento geral que irá cumprir, por sua vez o papel da acumulação primitiva do capital, como refere-se F. Novais (1998)“uma poderosa alavanca de acumulação de capital”, para tal, se fez necessários mecanismos de transferências de lucros

exorbitantes, verificado por atividades mais intensivas em pelo menos dois setores da agroexportadora e minerais, uma classe de monopólio que irá atender a um exclusivo metropolitano (*pacto colonial*), tal monopólio irá baratear a aquisição dos produtos nas colônias e tornar bastante caros a venda destes, o qual seria o único diretor dos produtos exportados, portanto, nestes termos a economia colonial mercantil e de completar a metrópole.

Internamente, uma vez que o lucro é o maior objetivo nesse tipo de economia, outro mecanismo de obtenção do lucro, foi a compulsão do trabalho, além do rentável comércio de escravos, houve a necessidade de reduzir o máximo o custo da mão de obra, uma vez que grandes lotes de terras deveriam ser apropriados, seja para a garantia da produção de subsistência ou problemas sazonais, a força de trabalho não pudera ser assalariada (Mello, 1991).

Este padrão de comércio baseado no exclusivo metropolitano portanto, não garantia um modo de produção colonial *per se*, uma vez que retém as forças produtivas e não se reproduz a sua dinâmica de desenvolvimento local, no entanto é possível verificar que se trata de um único processo como afirma (Mello, 1991) “tanto a acumulação do capital e sua concentração na burguesia comercial metropolitano, quanto a criação dos mercados coloniais, foram fatores essenciais (digo essências não únicos ou mais importante) à constituição do capitalismo” (Mello, 1991).

Em segundo lugar, o advento da revolução industrial procurou banir o papel da economia colonial, na busca de mercados para produtos manufaturados ingleses, Segundo (Mello, 1991) o modo de produção mercantil e complementar das colônias mantêm porquanto a produção de agrícolas e metais preciosos, é substituído pela produção em massa (para garantir o barateamento) de alimentos e matérias-primas, a demais o capital industrial em detrimento do exclusivo metropolitano e do monopólio, mercantilização da força do trabalho foi igualmente necessário para o aumento e amplitude do mercado e da produção complementar em massa (Mello, 1991).

Esse movimento do capital industrial transitado pela economia colonial em Angola se deu de formas distintas em relação a outros lugares como veremos. Após a guerra civil portuguesa (1932-1934), inicia-se um longo caminho para a dinâmica de desenvolvimento, este período divide-se em três partes, o período liberal (1830-1870), o período da burguesia do comandados, (1875-1910), e o período republicano de (1910 a 1950).

3.1.1 A Fase Econômica Liberal

Clarence-Smith (1979) em sua obra intitulada *The Myth of Uneconomic Imperialism: The Portuguese in Angola, 1836-1926*, apresenta que Angola tinha atividades econômicas com dimensões mundiais, de fato Angola enquanto ainda colônia encontrava-se dentro de um internacionalista, com sérias implicações na sua estrutura produtiva. Segundo esse autor, Entre 1830 a 1870, a classe liberal em Portugal encontrava-se em um paradoxo, o país estava no início da acumulação de capital, com necessidade de rendimentos para formação da infraestrutura sobretudo no Sul de Portugal, ao mesmo tempo, com aspiração liberal, (1850-1860), estabeleceu um padrão de comércio que consistia no aumento da taxa de lucro via aumento do volume do comércio, com a eliminação de monopólios em *commodities* como o marfim e abertura do comércio a todas as nações, salvo o fato de que Portugal reservava uma tarifa preferencial entre outras nações não via a potencialidade em recursos naturais e/ou capital produtivo na colônia angolana, as demandas no sul de Portugal para infraestrutura de urbanização e organização agrícola, restringiram maior circulação de capital e imigração, com isso, este período representou apenas pequenos incrementos de mão de obra creola com baixos salários, foi estabelecido uma fraca taxação a africanos, que não representaram grande fonte de lucros, além do mais, tal classe, manteve o tráfico de escravizados que continuou a ser o pilar da economia até 1850.

Segundo Clarence-Smith (1979) com o fim do tráfico de escravizados, o trabalho compulsório continuou a ser legislado, inicialmente como compensação aos ex proprietários de escravizados, que produziam num sistema de plantation local com mão de obra escrava, ao longo do litoral de Angola e contratação para São Tomé e Príncipe, deste modo, junto com a compulsão do trabalho, o a economia terá como pilar as *commodities* exportáveis, como óleo de palma, no norte e algodão no sul de Angola, - o que coincidiu como a alta do preço de *commodities* na década de 1870, de tal forma que as exportações de Angola em 1874 cresceram 2671 contos, em relação a 800 contos em 1825, portanto, o comércio passou assim, a ser o principal fator de acumulação local do capital, cujo rendimentos era revestidos em novos setores como a pesca, indústria artesanal, e *plantations*, neste caso o capital passa a ser formado localmente, enquanto antes fora parte da conexão de créditos advindos do Brasil.

Mas o novo capital vindo da metrópole é estabelecido com monopólio financeiro e econômico, com a criação do banco ultramarino em 1965 (Nunes, 2010, p. 50). O capital português é agora motivado por uma subclasse de monarquistas intervencionistas como Marquês Sá da Bandeira, iniciou-se as primeiras expedições para expansão territorial ao longo

do interior, este período que alcançam a cidade de Salvador ao norte de Angola, o rio Cunene, e a tradicional rota de comércio em Cassange em 1860, ao mesmo tempo há bastante conflitos seja pelas revoltas dos nativos- que ressentiam a expansão e a taxaço de impostos, quando pela contenção britânica que limitava Portugal ao Sul, inclusive a alguns pontos costeiros no litoral de Angola, (Ambriz, rio Congo). Com isto o padrão de comércio e de produção se manteve praticamente o mesmo, e estável em 1860 dado ao crescimento do nível geral de preço das commodities internacionalmente.

3.1.2 A Fase Social Burguesa

Entre 1870 a 1910, o comércio internacional e a produção local encontra-se em um outro cenário, crescera a burguesia nos países, a *classe de compradores* estava interessado em aumentar sua mediação do capitalismo monopolista nas colônia, e intermediar o capital estrangeiro em Angola, em um momento, igualmente, em que há o crescente protecionismo contra a manufatura britânica na Europa, neste sentido o capital irá se internacionalizar além do capital português, em termos produtivos cresceu os incrementos em infra-estrutura com concessões ao consórcio francês, Companhia de Moçamedes (britânica), para a construção do caminho de ferro entre as regiões sul e centro, igualmente em 1902, as concessões ao consórcio de Tanganica , a Benguela Railway, que deram o avanço ao caminho de ferro até a fronteira zambiana em Cooperbelt nos anos 1930. Segundo S. Katzenellenbogen (1971) a Baía do Lobito permaneceu igualmente como uma ilha do capital estrangeiro, que remanesciam de Beira em Moçambique. Contudo, embora tivesse maior ingresso do capital internacional em infraestruturas todos os incrementos de o interesse em participar, de Portugal, compreendia suprir o mercado através de um maior volume de comércio, em detrimento do desenvolvimento das forças produtivas que continuava ainda ociosa, com uma sociedade tributária, trabalho forçado.

O capital internacional entrava com o crédito a infraestrutura e domínio de zonas francas, como foi o caso da região norte de Angola, o trânsito no rio longe e a bacia do Congo que se tornariam zonas de livre tarifa, ora, o protecionismo de Portugal foi reforçada com a reforma pautal de 1892 em reação a este movimento, mas especialmente para Angola trouxe uma nova configuração do comércio na produção, uma tarifa de importação diferente entre bens português e estrangeiros para Angola, o que limitou a maior parte de setores importados pela

colônia, sobretudo produtos ingleses como têxtil, por outro lado a reforma aumentou o custos do financiamento das exportações de Angola, bens vindo de Angola precisavam passar por Portugal antes de serem reexportados, tais medidas com a finalidade de mitigar o domínio do capital internacional passaram a ser um entrave a produtividade do capital local, com a destruição da indústria têxtil de financiamento local em Moçamedes, assim como a indústria do peixe seco no sul, que contavam com um mercado ao longo da bacia do congo, alguns setores, como o agrícola, (Torres, 1951) de capital local, passaram a estar sobre os novo capital metropolitano, como o Banco Nacional Ultramarino, ademais foram criadas a Empresa nacional de navegação em 1880 e a Companhia dos Caminhos de Ferro Através d'África, com monopólios aos transportes marítimos e ferroviários respectivamente.

A concentração do capital agrava a estrutura do crédito, agravada a queda dos preços de *commodities* em 1870, a mão de obra compulsória passou a ser intensamente legislada para o aumento da produção, o que levou a alta de preços a rentabilidade do comércio de escravizados saindo de Angola para São Tomé e Príncipe, sobretudo, com isto a escassez de mão de obra local e a limitação ao acesso ao mercado internacional, levou a uma série de hipotecas para o banco nacional ultramarino. Desde modo as exportações de Angola se limitaram na borracha de predação, que constituía 34% em 1902, e 77% das exportações em 1920.

3.1.3 A Fase Republicana

A política de concessões internacionais sob a égide da monarquia, durante o período anterior da burguesia de *compradores*, criou maior ressentimento que culminou com a revolução dos republicanos em 1910, estes, pretenderam maior exploração racional nas colônias, diante da primeira guerra mundial, este desafio veio a ser implementado a partir de 1926 no governo ditatorial de Salazar, com crescimento do sentimento de proteção da indústria nacional, surge o dilema de quão consistente era manter a tarifa diferenciada em relação a Angola, o argumento fora que tal medida iria aumentar o volume do comércio e compensar as empresas metropolitanas no mercado Internacionais, o que não sucedera pois no final da primeira guerra, Portugal representava 60% das importações angolanas mas em 1927 o valor caiu para 23% (Clarence-Smith, 1979).

Desta forma a República procurou estabelecer um “carácter Português” ao capital em Angola iniciando com a rescisão da Companhia de Moçamedes, a em 1923, e aumentar as

atividades da DIAMANG, o consórcio de diamante e minas na região norte-leste do país, igualmente as empresas de Sisal de Alemãos, as antigas indústrias locais foram então suprimidas, o setor agrícola fora convertido em monocultura de cana de açúcar principal insumo para a produção do rum, finalmente a situação local se tornou pior com a queda do preço Internacionais da borracha em 1913. Ao mesmo tempo entre 1910 a 1920 há um boom do preço das commodities tropicais que eleva a concentração de capital de empresas locais e metropolitanas, mas este movimento revelou ainda a antiga dicotomia entre o sector comercial e a produtividade local, como se refere Clarence-Smith,

Economia colonial tipicamente de transição ou mista, na qual o setor capitalista estava interessado em extrair tanto trabalho quanto mercadorias das formações sociais pré-capitalistas. Isso, por sua vez, refletia a velha dicotomia no núcleo colonial entre um setor comercial e um setor produtivo. A cultura do algodão em todo o território angolano, a produção de cereais nas regiões centro e sul e a produção de café no Norte foram particularmente marcadas por estas ambiguidades, com uma coexistência difícil entre uma plantação e um sector camponês. Outros produtos estariam predominantemente nas mãos dos fazendeiros, como o açúcar e o sisal, ou nas mãos dos camponeses africanos, como o óleo de palma e a cera (Clarence-Smith, 1979).

De fato, embora este período liberal representasse maior monitoramento das atividades das firmas na colônia, com o alcance de todo território, o aumento do volume das exportações, a produtividade se manteve baixa, por esta razão alguns autores questionam como será a inserção de Angola no mercado internacional partir da década subsequente (50 e 60).

3.2 FORMAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS (1940-1950)

Na década de 60 a 70 Angola experimentou a industrialização, segundo Adelino Torres, (1983), o pensamento desenvolvimentista nesta altura em Angola fortificou-se, o objetivo geral era desenvolver a indústria e capital no chamado *espaço econômico português*, diante das transformações na estrutura produtiva internacional, o progresso para entrada na comunidade econômica europeia, que veio a culminar com os acordos de Bruxelas de 1972, internamente as revoltas nacionalistas angolanas iniciadas em 1961, levaram o aceleração de processo.

O que se verifica portanto, nesse processo de industrialização será a expropriação do valor social do trabalho, de Angola para a metrópole, que requeria neste momento, uma nova reorganização da divisão do trabalho, a explicação dessa dinâmica foi elaborada por Marini

(1972), com base na concepção da acumulação do capital, o autor viu que a nova divisão internacional do trabalho estava vinculado a transferência do valor externo; com a transferência da tecnologia e meios líquidos, e interno; na relação do capital de menor porte em relação ao capital internacional, destarte, há relação entre a esfera de circulação e a esfera de produção no sentido de que as eventuais perdas em *déficit* na balança de pagamento, é compensado com maior super exploração do trabalho e do seu valor social (Elizabeth, 2014, p. 24). Esta dinâmica em Angola foi observada por Ferreira (1985) verificou que a partir da década 50, a formação e inserção internacional de uma economia de mercado em Angola, não seguiram aos mecanismos do mercado clássico, mas se verifica uma racionalização da exploração colonial cujo centros de decisões se mantinham na metrópole, o modo da organização do trabalho prescindiu da forma clássica de produção, e adotou uma *economia complementar*, caracterizado pela exiguidade dos fatores de produção no mercado interno.

Na década de 50 há a tentativa de integrar a mão de obra de *subsistência* para economia monetária, em meio a disputas e revoltas, nas vésperas da descolonização de Angola, na década 60, o capital português é investido em Angola em alguns setores, de fato, pela vulnerabilidade portuguesa na Europa, na década de 70, este capital corresponde agora a um movimento internacional, de tal forma que o poder político representado por uma burguesia local vai começar a ceder poder económico, financeiro e empresarial, Fontoura (1985) assegura que em 25 de Abril de 1974° *o plano spinola* via já a possibilidade de se estabelecer um sistema federal de estado, em todo caso, essa substituição do poder local em lugar do próprio capital é apontada como o início na neocolonização, a dificuldade de se criar uma burguesia local incipiente capaz de manter a ligação com Portugal, não fora possível, devido o racismo da população branca sobre a maioria das massas da sociedade africana em quase todos domínios da sociedade. Este subtítulo trata de como ao longo da função de produção entre capital e trabalho, a economia de Angola foi mobilizada para um padrão de comércio que corresponde a demanda externa, cuja a dinâmica da reprodução do capital, industrial e financeiro em Angola, produziram um mercado interno incipiente, problemas de balanço de pagamentos e alterações sociais.

3.2.1 A organização da mão de obra

Primeiro, consideremos que a mão de obra, fora o principal fator da economia angolana escravista até a década de 60, ao abrigo do código do trabalho de 1928, a economia monetária

absorvia a mão de obra, por meio de duas medidas, um *mercado de trabalho direto*; pelo assalariamento, o pagamento de impostos – submetia a agricultores de *subsistência* a necessidade do rendimento, segundo Hailey (1910, p. 42,) isto para garantir a mão de obra necessária para a produção de bens exportáveis como sisal, café, e minas de diamantes. Outra forma era por *um mercado indireto*; pelo trabalho forçado, instituído pelo *código 16 199* (código do trabalho indígena) mantido por meio de contratos temporários em obras públicas e privadas ocorre nesse momento a constatação da baixa produtividade desse modelo semicolonial de produção, ademais os preços dos salários e dos produtos eram fixados por lei de forma que em 1941 o salário para agricultura era de 1 escudo, enquanto na Argentina 2,7 Estados Unidos 2,9. A população de 3 milhões em 1930 e 4 milhões em 1950, mantinha um consumo interno insuficiente, uma vez que colonos detinham o maior poder de compra de 30.000 a 75.000 entre 1930 a 1950 respectivamente. Quanto à população africana o poder de compra era tal que 1h de trabalho correspondia a 1 kg de sal, 333 gramas de açúcar, 1kg de sal, 72 gramas de pescado (Fontoura, 1978).

As leis fiscais e o poder do empreendedor europeu, permitiam-no contratar trabalhadores quando faltam em tais áreas por causa do baixo salário e uma grande reserva de trabalhadores disponíveis, esta atividade se fez negligenciar o problema da produtividade sem qualificação da mão de obra, por exemplo o censo de 1950 demonstra que a maioria da população era analfabeta, incluindo 34% dos 270000 aculturados. Ademais, o estoque tecnológico contava com importação de apenas 12% em equipamentos e 4% em lubrificante, o que demonstra por si baixa procura de bens de produção (Ferreira, 1999).

Segundo Ferreira (1985), os empregadores estavam na posição de monopólio, apenas a eles deveriam se prestar serviço ou venda de mão de obra, se verifica pelo direito do trabalho forçado através do decreto 16 199, que aquando da insuficiência de mão de obra, tinha a administração como agente recrutador para empresas privadas e obras públicas em curso, segundo informações da convenção do trabalho forçado de (1930) ratificado por Portugal apenas em 1956, no plano interno o trabalho foi o motor da economia. Um elemento importante ainda, que reflete a improdutividade da mão de obra e da terra (em algumas regiões), foi o fato de que quando havia uma exaustão da terra havia a busca por novas terras, e nova mão de obra para tais regiões, junto a essa dinâmica surge o problema de outro fator de produção, o problema da terra. A questão da condição de trabalho e da demanda local, se agravou da década de 50, com a deterioração dos termos de troca para agricultura no mercado internacional, para corresponder a demanda externa, Angola, adota a medida de aumentar a

extensão da terra e da mão de obra com as mesmas condições, em detrimento da produtividade, em 1950 a terra cultivada era apenas de 1 a 3%, - iniciam assim lutas antigas de terras que levariam aos levantes para independência, sobretudo o caso do café que era 40% da produção agrícola, aumentou sua área de 125 251 há, para 266 185 há, de 1950 a 1959, esse avanço é feito com trabalho compulsório denominado por *contratos*, - uma prática recorrente desde 1920, assim como expropriação e espoliação de africanos, que tinham em suas terras, melhor qualidade características para produção do café, como a altitude, qualidade de solo e clima (Kuder, 1982, p. 143) e (Herrick, 1986, p. 272) ora, essas terras estavam localizadas no Norte nas regiões do Uíge e Kwanza Norte que passa usar 80% de mão de obra proveniente do sul de Angola (Ferreira, 1985). Diante desse problema de terra e de mão de obra, Portugal procurou substituir a mão de obra local por um *dirigismo* através da imigração europeia para áreas urbanas em empregos especializados ou semiespecializados, segundo relatório da Junta Provincial do Povoamento de Angola (1968), a população europeia que era de 2,6% em 1950, chegou a 6,5% em 1970 (Mendes, 1984, p. 56).

Enquanto isso o capital metropolitano, ainda não era prioridade, desde 1936, o decreto 26 509, estabeleceu condicionamento industrial, protegendo a metrópole; a colônia não instalaria indústrias que não tenham chegado à capacidade máxima a nível setorial, produção agrícola em alguns segmentos foram proibidos como o caso da vinícola. Por conseguinte, até 1957 a indústria embora tivesse exportação de 1179.000 quase 35,1% era indústria extrativa e a indústria transformadora 18% idem, ao transformar produtos agrícolas como açúcar e derivados de pescado, portanto, produtos ainda de menor valor agregado. Enquanto isso passou a existir a diminuição da dependência política, com o surgimento dos movimentos de libertação, passou a crescer o aumento da dependência econômica, financeira, tecnológica. Alega-se o preparar do um neocolonialismo como se viu em várias propostas das quais a solução federalista de Spínola 25 de abril. 1930 a 1950 (Galvão, 1949, p.108).

A conferência das colônias ocorrida em 1939 definiu Angola a uma economia de complementaridade das necessidades portuguesas, foi o caso da produção em grande escala de algodão cujo preço internacional era baixo, cuja toda experiência econômica estava virada para o fomento das exportações, assim como os investimentos em segmentos como fábricas de açúcar, sistemas de irrigação assim como infraestruturas que eram chefiados por sociedades cujo capital voltava ao exterior- início de um problema maior de capital, na tentativa de lidar com falta de acumulação local de capital, criaram-se os planos de fomentos para as décadas de 60 a 70.

Uma análise da pauta do comércio, realizada por Ennes Ferreira (1987) verificou que 45% das importações de Angola eram compostas por manufatura como veículos, máquinas, têxteis, já as exportações cerca de 65% eram compostas por alimentos e matérias primas, de acordo com o autor essa realidade da década de 50 a 59 representa a dinâmica que determinou os termos de trocas entres Portugal e o subdesenvolvimento da colônia, Angola.

Foi este padrão de comércio que comprometeu a estrutura produtiva, Angola importava apenas 38,5% de bens de produção (indústria transformadora intermediário) e cerca de 61% de bens de consumo, da mesma forma, como se vê no quadro abaixo, a pauta de exportações apresenta uma característica semelhante, apenas 28,89% de bens de produção e 71,11% de bens de consumo, o que claramente representa uma demanda interna incipiente, e baixa competitividade no mercado internacional.

Tabela 1 - tipos de bens na pauta de Angola 1950-60

Classes de bens	Importação		Exportação	
	Contos	%	Contos	%
Bens de produção	817 381	38,67	889 621	28,89
Energia	157 993	7,47	—	—
Matérias-primas	123 842	5,86	889 621	28,89
Equipamento	535 546	25,34	—	—
Bens de consumo	1 296 412	61,33	2 189 868	71,11
Alimentos	454 460	21,50	2 189 868	71,11
Outros bens de consumo	841 952	39,83	—	—
Bens de produção e de consumo	2 113 793	100,00	3 079 489	100,00

Fonte: Ferreira (1972)

3.2.2 A concentração do setor industrial e a forma de circulação do capital no Período de 1960 e 1970

A década de 60, constitui um período de transição da antiga economia de pacto colonial, dado pelo exclusivismo de exportação para a metrópole, para virar-se a uma tentativa de desenvolvimento/industrialização da colônia, a partir da publicação do Decreto-Lei n.º 44 016, de 8 de Novembro de 1961, promulgou-se a praticamente um período liberal caracterizado por uma demanda para aumento da produção, neste período inicia-se os investimentos na indústria e financiamento das importações, tendo crescido a produção em vários setores, aprecia-se um aumento na indústria de transformação, na indústria extrativa e uma concentração de capital pelo aumento de sociedade e da banca, contudo, podemos

descrever o fato de que entre 1961 a 1972, o setor extrativo ainda preponderante, a colônia não desenvolvia polos produtivos dos setores nem havia desenvolvido economia de escala, com uma economia local ainda fraca, passou a se deparar com a histórica problemática da restrição da balança de pagamentos, que irá se constituir então o pano de fundo, de todo esse processo, denominado por Torres (1983) como o novo pacto colonial.

Segundo Alves da Rocha (p. 88, 2010) o modelo instituído nesse período foi de substituição de importações, uma vez que o problema da demanda local subsistia, a pauta de importações passou a verificar aumento de bens intermediários, para essa razão a indústria transformadora foi modernizada, assim como sistema de financiamento. O peso do setor primário baixou de 32% em 1966, para 23% em 1970, sinais de ganhos de produtividade, 41% da indústria ainda era extrativa e 25% só com a indústria transformadora, de forma geral, em termos de produção bruta, segundo Nunes (2010) “de 1962 a 1972, o valor da produção bruta da indústria de transformação quintuplicou, passando de 2138 para 11 359 milhões de escudos - a taxa média anual de crescimento de 1968 a 1972 foi de 20%” (Nunes, 2010), em todo caso, a indústria transformadora registou declínio dos segmentos mais dinâmicos como a indústria química e derivados de petróleo, como sustenta Alves da Rocha, “as indústrias que sustentam a industrialização – a metalomecânica, a química, a siderurgia – tinham ainda um carácter incipiente, ou não existiam” (Rocha, 2010).

Verifica-se igualmente uma similaridade nas pautas de importações e exportações em relação aos anos anteriores, assim como na década de 50, as importações de bens intermediários e equipamentos ocupam um número aproximando de 35%, já nas exportações, a pauta apresenta bens que denotam a fraca produção e transformação interna, tais como petróleo (30% do total exportado), café (27%), diamantes (10%), minério de ferro (6%), algodão em rama (3%) e sisal (2%)⁹⁴, o que demonstra uma economia virada para o mercado externo em detrimento do mercado local, não é surpreendente o crescimento de bens intermediários de menor valor agregado, e maior investimento em infraestrutura relacionadas a setores tradicionais para escoamento, neste caso, para ilustração, os investimentos bruto do capital fixo estava concentrado 46% no setor industrial de equipamentos, se construção e edifícios 25% (Rocha, 2010).

Esta dinâmica de industrialização fazia parte do plano de Portugal da criação do espaço económico português, por força da situação internacional naquela altura, e às vésperas da comunidade económica europeia na qual Portugal viria a aderir em 1957, Portugal tinha ainda compromissos bilaterais, tais como a dívida com a Inglaterra, aproximação dos Estados

Unidos dado ao plano Marshall, e mais tarde adesão de Portugal a Comissão Económica Europeia CEE, os estudos das contas nacionais de Portugal já desde 1943 e 1945, apresentavam claramente tais propostas para a reformular a economia na colônia de Angola a partir da recomposição do setor produtivo atendendo o comércio internacional de Portugal na ocasião, de forma geral como afirma Nunes (2010),

Ao analisar o III plano de fomento pode ser observar o maior foco na industrialização no setor extrativa, o investimento nesse setor cobria 46,6% de todo plano, Entre 1961 a 1972 a indústria extrativa foi preponderante, o crescimento nos setor de diamante, petróleo e ferro cresceu 170%, (28% ao ano), destacam-se também os produtos metalúrgicos e metálicos, que não existiram antes de 1960, esse crescimento se deve a demanda metropolitano e internacional, de tal sorte que o capital português nesses setores já era inferior, (Torres, 1972). De igual modo a indústria transformadora embora tinha um orçamento de 13% do plano, esse setor cresceu 133% (22% anual), entre as décadas de 60 e 70 o crescimento foi de 434,2%, destacam-se aqui os segmentos de alimentos bebidas, químicos (56%) (Secretaria Provincial de economia, Luanda-Angola,1971).

Neste caso o III plano de fomento, deu ênfase a indústria extrativa, nomeadamente os segmentos do ferro, diamante e petróleo, setores estes que no período de 1962 a 1974 duplicaram e quadruplicaram respectivamente, o plano reservava também um fomento menor nas indústrias transformadora, que cresceu 13% na altura, aliás uma vez que as empresas multinacionais se concentravam nas indústrias extrativas tal *dirigismo* condicionou a indústria transformadora a uma secção de pequena valor agregado e produtividade, isto se revela uma truísmo quando analisamos os elementos da produção.

Como destaca Torres (1983), embora os setores extrativos e a indústria de transformação cresciam exponencialmente entre 1960 a 1972, na indústria extrativa por exemplo a participação do capital português para esta colônia ultramar fora menor em relação ao capital estrangeiro, a única refinaria local representava apenas 9,7 % da produção. Além da concentração no capital (a banca e sociedades) verifica-se a concentração nos setores da indústria de transformação – a indústria crescia 1% ao ano até 1972, que acompanham o crescimento na indústria extrativa, então estes serão segmentos de maquinaria não elétricos, transportes, madeira, de igual modo há uma concentração na organização da produção em fileiras e clusters que eram praticamente inexistentes.

De uma maneira geral, pode dizer-se que as indústrias transformadoras de Angola apresentavam ainda fracos coeficientes valor acrescentado bruto-

produção, em virtude de a «grande maioria das aquisições intermediárias importadas serem produtos acabados ou semiacabados», sintoma revelador de um mercado interno incipiente, excessivamente extrovertido (dependente) e dispondo de poucos pólos de crescimento e de economias externas insuficientes (Herrera, 1996).

Esta conclusão revela um problema que vai ser piorado com o comportamento do capital financeiro que irá entrar nesse período, a dinâmica do capital na estrutura produtiva será analisada aqui e especialmente da banca e sociedades.

O padrão de crescimento e de especialização produtiva de Angola ainda era constituído por uma trilogia baseada na exportação de produtos de base e matérias-primas, na industrialização interna de bens de consumo final direto (alimentares, bebidas, tabaco, têxteis, confecções e calçado) e na importação de bens de equipamento e intermédios (Rocha, 2001).

3.2.3 A concentração do setor financeiro e déficits no balanço de pagamentos no Período de 1960 e 1970

O comércio de Angola passa a ter maior atividade no momento em que Portugal após vários anos de protecionismo pautal, precisa agora, atender as exigências do novo cenário internacional, sobretudo a iminência da comissão econômica europeia, as tratativas de um acordo para entrada na Comunidade Europeia de Livre Comércio (EFTA) e o tratado junto a Comunidade Econômica para Europa (CEE) em 1972, foram razões de transformação da economia da maior colônia, que pretende inserir uma economia de mercado, para tal vai empreender no país um processo de industrialização com capital concentrado na metrópole e circulando entre as colônias através do Fundo Monetário da Zona Escudo (FMZE), um sistema de pagamento local, esta dinâmica teve efeito nefastos na formação do capital interno e na demanda da colônia. Segundo Adelino Torres (1983) o padrão das vantagens comparativas foi o modelo aplicado nesse período, que ocasionou um problema quase crônico, problema da balança de pagamentos.

A banca e as sociedades passaram a crescer neste momento, (1962-1974) e a relação com a estrutura produtiva foi se acentuando na medida em que o capital maioritariamente da metrópole tinha as colônias inter territoriais como apenas extensão das suas atividades indústria-banca. Após o banco ultramarino criado em 1865 – o banco nacional de Angola em 1926, e o banco comercial 1957, o período de 1960-1970 assistiu um avanço concentração da banca estrangeira e concentração de capital, novas e principais instituições bancárias são

instaladas, que tem ligações metropolitanas e internacional, conforme apresenta (Torres, 1983).

Banco de Crédito Comercial e Industrial (1965) — 50% dos títulos pertenciam ao Banco Borges & Irmão; o Banco Totta Standard de Angola (1966), controlado pela CUF em associação com o Standard Bank Limited, este último com 35% do capital; e o Banco Pinto & Sotto Mayor (1967). Em 1973 chegou a ser fundado em Luanda o Banco Interunido, filial comum do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e do FirstNational City Bank de Nova Iorque (Torres, 1983).

Durante o período em análise (1960-1970) a banca viu a oportunidade em aumentar seus lucros pela industrialização na colônia angolana, o produto interno bruto nesse período cresceu 60%, e o produto interno bruto *per capita*, 30% (Nunes, p. 32, 2010). Contudo, cabe entender a operação destas instituições e sua função na circulação do capital. Face ao problema da balança de pagamento, tentou se criar instituições de crédito local para concessões a médio longo prazo, o instituto de Crédito, criado pelo Decreto-Lei n.º 48 996, de 8 de maio de 1969, e a possibilidade de uma bolsa de valores que não viria se concretizar. Essas medidas procuravam sanar o problema do capital local, uma vez a banca comercial até então concediam títulos a curto prazo contribuíram para continuação da pressão inflacionária na balança de pagamento, mas o cenário mais severo foi o comportamento do capital.

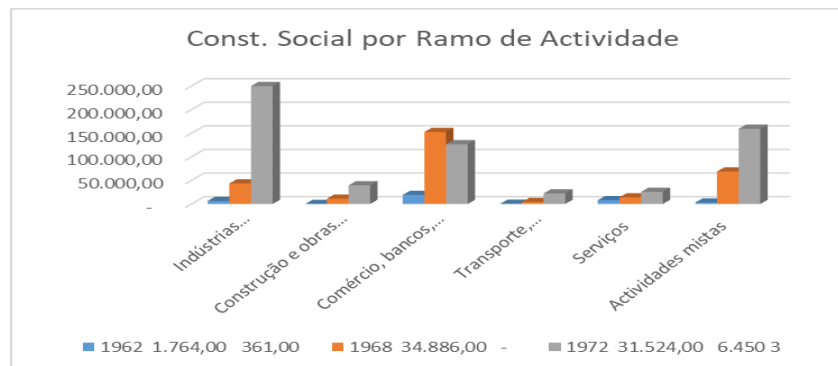
Se em 1960 o título do banco central fora de 68% capital da metrópole, e quase nenhum a nível da colônia, entre 1962-1974 a colônia já tinha 62% dos títulos do banco, aprecia-se de igual modo um crescimento nas ações e obrigações em todo sistema bancário que cresceram 127%, enquanto a taxa de crescimento da carteira de títulos cresciam 72%, a mesma carteira de títulos em Angola crescia 253%, embora esse capital crescia em Angola fora cada vez mais 42% em 1972, concentrando na determinação da metrópole, verifica-se no fato de que a estrutura dos sistemas de pagamentos estavam restringidos na colônia de tal forma que os depósitos em moeda a ordem e a prazo era operados maioritariamente pela população europeia, enquanto a classe da população africana operava apenas com moeda divisionária, isto é, participavam em circulação monetária com exclusão das moedas em papel dos bancos e instituto de crédito de Angola, de forma que a participação desta parcela da população nos meios de pagamentos caiu de 27% em 1962, para 5% em 1972 (Torres, 1983) é por esse motivo que (Morais, 1979; Ferreira, 1979) ao analisarem os salários entre a população portuguesa e nativos africanos concluem que “a população africana esteve fundamentalmente

excluída do processo de acumulação registado durante a década de 60 na colónia, o qual beneficiou direta e quase exclusivamente a população de origem europeia” (Ferreira, 1979).

Verifica-se igualmente, o aumento e concentração do capital pelas sociedades, quanto ao aumento, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 1972) em 1960 haviam 400 sociedades, já em 1972, 596, e o capital dessas sociedades cresceu de 226 para 1109 mil conto nesse período, quanto a concentração, pode se observar na dinâmica desse setor, uma vez que o capital social das sociedades anônimas cresciam de 15% para 45% em 1960, ao passo que o capital social das sociedades por quotas declinava 10% nesse espaço de tempo.

De forma geral, neste período estas sociedades cresceram 46% entre as sociedades por quotas e sociedades anônimas, os setores de interesses foram a banca, serviços, comércio, seguros empresas mistas, e indústria transformadora, em 1968 pouco mais de 50% do capital social das sociedades, tinham 46% nos setores do comércio e da banca, foi neste ano sobretudo que passou a ter o domínio da sociedade anônima que passaram a crescer em maior número e relação as sociedades por quotas.

Gráfico 1 –Investimento das sociedades por ramos de atividade econômica



Fonte: Criação própria a partir de dados de Ferreira (1972)

A distribuição das sociedades por setor, apresenta o interesse em atividades como comércio, bancos, atividades mistas, e indústria transformadora, em 1968 por exemplo esses setores eram 50% do capital investido, mas o comércio e bancos eram 46% desse conjunto, Ferreira (1972). Conclui-se que os incrementos de capital, pelas sociedades e especialização pela banca, estavam virados para fora, mas mesmo quando virados para dentro, havia restrições para demais setores da sociedade, não havia o processo acumulação local, e não envolvia a sociedade local, mas continuou a ser uma economia de alavancagem e complementar da economia portuguesa, com efeito a dinâmica enunciado a acima pode ser a causa da balança negativa durante esse período de alto crescimento, como vê-se na Tabela 2.

Tabela 2 - Balanço de Pagamentos Angola, 1968-1972

Sectores	1968	1969	1970	1971	1972
Transações Correntes	-1 337	-2685	-1 360	1883	1675
Mercadoria	-1004	-1662	-1075	-2222	-2702
Invisíveis Correntes	-333	-1023	-285	339	-1027
Turismo	-393	-438	-466	-511	-193
Transportes	89	172	592	570	660
Seguros	-26	-26	-4	-3	-43
Rendimentos de capital	-532	-600	-628	-198	-407
Estado	729	447	532	278	-146
Outros Serviços e Rendimentos	162	-177	19	513	673
Transferência Privada	-362	-401	0330	-310	225
Operação de Capital	484	1198	604	70	-708
Total	-853	-1487	-759	-1813	967

Fonte: Banco de Angola (1972)

Verifica-se, portanto, que entre 1968-1972, - período de maior crescimento, nas operações de capital observa-se maior entrada de capitais do que saída, esses números representam os investimentos feitos na colônia, mas quando vemos o características desse movimento, as saídas são na forma de transferência direta de capital, e não de exportações – a diferença é fundamental uma vez que neste caso, como ocorre em países desenvolvidos, nas exportações, os ativos no exterior ficam a disposição no país de origem, Adelino Torres (1983), dá o exemplo do próprio banco nacional de Angola, que utilizava capital transferidos de Angola para concessões de créditos na metrópole, segundo esse autor, o financiamento do banco a exportadores da metrópole para Angola entre 1962 a 1972 foi de 2615 milhares de contos, - o que corresponde a importações angolanas, no mesmo período o crédito concedido pelo banco foi de 15 265 milhares de contos, no mesmo momento que os saldos negativos de cobertura em Angola foi de 3945 milhares de conto, aí fim desse processo calcula-se que a dívida externa de Angola rondava aos 5000 milhares de conto em 1971.

4 AJUSTES ESTRUTURAIS E O NOVO PADRÃO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL EM ANGOLA

4.1 AVISÃO ESTRUTURALISTA NO PERÍODO DO PÓS AJUSTES ESTRUTURAIS

O padrão do comércio estabelecido pela industrialização nas décadas de 60 e 70, se mostrou assaz ligados ao antigo sistema colonial do pacto comercial com a metrópole, os incrementos na indústria e capital tecnológico, apenas transformaram Angola numa economia complementar, caso que se prova ao constatar a deficiência da demanda local, e os problemas crônicos da balança de pagamento. Esse processo foi interrompido por levante anticolonial, que por sua vez é parte do mesmo processo econômico que delineamos, no sentido da dificuldade de se criar uma forte burguesia local em Angola, o capital internacional agora é muito mais vigente, e configura uma nova dinâmica produtiva e uma relação comercial mais complexa que pretendemos destrinchar neste capítulo.

Para entender a situação em que Angola se depara após a independência, e sobretudo a partir do movimento neoliberal da década de 90, é importante destacar que existem duas propostas ocorrendo no mundo para a definição do padrão de comércio que servirão de grandes dilemas teóricos para o comércio em África e em Angola, esses dilemas eram a questão entre políticas industriais para o desenvolvimento, e ajustes estruturais para o desenvolvimento. Uma vasta literatura tem recomendado o estudo de inserção internacional através de políticas industriais em países do sul global, sobretudo após o sucesso dos países asiáticos, nesse sentido Lima (2013) estudou a experiência na Korea sobre a transição estrutural daquele país, em alguns setores estratégicos, as políticas industriais foram determinantes para o êxito, da mesma forma Hammouda (2004) aponta que países africanos, sendo *latecomers*, poderiam tirar lições das experiências asiáticas.

É de suma importância colocar Angola dentro deste debate, porque além de uma mudança nas políticas de inserção em países em desenvolvimento, nas décadas de 80 e 90 na verdade ocorreu uma mudança epistemológica nos estudos das ciências econômicas, tanto em ortodoxos quanto heterodoxos, a característica fundamental dessa mudança foi a flexibilização dos modelos Walsariano, para maior atenção a economia de escala, imperfeições do mercado, com maior participação do estado e outros atores. Hammouda (2004)

Esta mudança ocorre ainda diante da iminência da abordagem neoclássica que passaram a sugerir ajustes estruturais de preços na década de 80 e 90, surge da mudança epistêmica da própria ciência econômica no geral. A transformação da teoria econômica foi notável a partir da década de 80, inclusive nas teorias ortodoxas, ainda que mantendo o equilíbrio walsariano como ciência pura (Amir, 1999) incrementou alguns elementos importantes; conhece-se que a teoria do crescimento endógeno em Romer (1988) acrescenta aos estudos de investimentos e a hipótese de retornos constantes de escala, Lucas (1988) adiciona a noção de capital humano, embora estes autores revelam estas mudanças ao interior da firma. Há ainda autores como (Barro, 1990, 1991; Barro; Martin, 1992), que argumentam que ativos públicos desenvolvem a produtividade de agentes privados.

De igual modo há uma mudança na abordagem estruturalista. Antes do pós ajustes estruturais, nas décadas de 60 e 70, os autores estruturalistas do desenvolvimento econômico, contribuíram bastante para a compreensão das economias dos países em desenvolvimento, os autores como Perroux (1955), Hirschman (1957, 1958), Myrdal (1957) e Kaldor (1967), introduziram uma ruptura nas ciências econômicas ao defenderem o crescimento com desequilíbrios, e apontarem seguintes hipóteses: a) a economia internacional é formada por duas estruturas produtivas opostas, nos países subdesenvolvidos a estrutura produtiva é heterogênea, b) o setor de trabalho-intensivo não pode suprir a pressão populacional, c) capital intensivo não pode prover maior emprego.

Os estruturalistas defendem ainda que a elasticidade da demanda de bens importados pelos países periféricos era maior que 1, enquanto a elasticidade da demanda importada pelos países ditos centrais era menor que 1, segundo estes estruturalistas (clássicos) esta realidade é a causa das défices do comércio, dívidas externas, e um termo de troca desfavoráveis nas exportações.

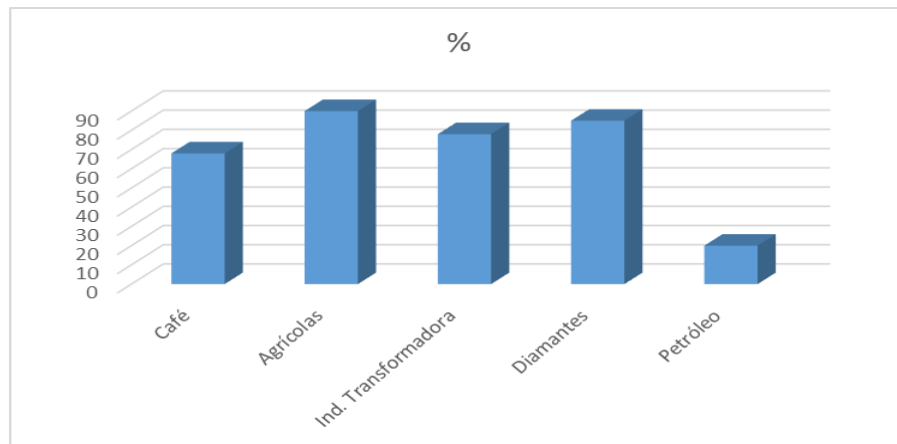
O campo de estudos em desenvolvimento comparado sofreu uma mudança com os novos paradigmas que surgiram após a década de 90. O efeito do insucesso dos programas de ajustes estruturais para o comércio internacional, deu lugar a novas formas de análises sobre inserção internacional, experienciadas na Ásia, a aquelas formas de inserção internacional baseada na política industrial estratégicas e participação nas cadeias globais e regionais de valor, Hakim Ben Hammouda (2004, p. 244) chamou de período pós ajustes estruturais, e esse fenômeno tem sido o novo paradigma para estudos de transformação estrutural em África (Lopes, 2019), (Mkandawire, 2012).

A inserção internacional nesse período, portanto, é caracterizado por alguns elementos importantes; uma visão de longo prazo, setores estratégicos, desenvolvimento de capacidades produtiva competitiva, coordenação entre o mercado interno e o internacional permitem deslocar para outros mercados quando conveniente. O argumento é que Angola não escolheu este padrão, e definiu um padrão de ajustes de preços e abertura do mercado que o mantém a políticas de estabilização constantes. Havia ainda outras propostas contrárias às políticas das instituições do Bretton Woods, conforme apresentou o então presidente da comissão econômica das nações unidas para a África UNECA, Adebayo Adedeji, Programa de Recuperação e Transformação Socioeconômico em 1989, o programa, ao contrário dos ajustes estruturais advocacia a revisão da estrutura produtiva e da demanda local, e advertia os governos africanos a focar no desenvolvimento doméstico e uso ótimo dos fatores produtivos internos. (Falola, 2020, p. 269)

Há que considerar brevemente dois fatores subsequentes de suma importância; A retirada das forças produtivas através dos colonos no período da independência foi drástica para a economia de Angola, que estava demasiadamente concentrada nas mãos de colonos, a retirada de colonos da indústria em Angola, além desse episódio o conflito armado anticolonial, já iniciado desde 1961, prolonga-se para uma guerra civil de 1975 a 2002.

Após a independência, a planificação econômica tomou lugar com medidas do novo governo marxista-leninista, mas esse projeto de poder não era homogêneo, Segundo Alves da Rocha (2010), ainda houve a tentativa de seguir o curso da industrialização entre 1973 a 1979, mas a indústria teve um peso muito inferior, havia cerca de 40% de subutilização de mãos de obra, e a produtividade média caiu consideravelmente, Segundo Adelino Torres, apresenta que nesse período a produção bruta industrial e o volume da produção em Angola diminuiu 2% anuais em termos reais, sem mencionar por agora as indústrias do petróleo, cimento e construções. Com a saída de colonos a indústria do petróleo permaneceu mais atuante, como vemos na tabela abaixo, apenas 20%, ao passo que quase 90% da agricultura havia estagnado.

Gráfico 2 - Diminuição da atividade após a independência (1974), por percentagem



Fonte: Elaborado a partir de dados do Rocha (2010)

Após o conflito armado Angolano se empenhou numa economia de reconstrução nacional, com programas de ajustes estruturalistas e reformas liberais que consideravam estabilização macroeconômica em detrimento dos modelos de substituição de importações e políticas industriais, que eram já acontecimentos no mundo emergente.

Desde as propostas de liberalização, como o Programa Económico e Social de 1994, a economia angolana revelou o paradoxo entre o desenvolvimento e o crescimento económico, segundo Filgueiras (2018), essa realidade está de acordo a novas formas do padrão exportador de especialização produtiva, características em países em desenvolvimento a pós os ajustes estruturais, sobretudo na América latina e África, que por sua vez, é parte de um quadro mais geral que pode se subsumir em cinco aspetos; a radicalização da assimetria capital/trabalho a favor do primeiro, fortalecimento do capital financeiro (que passou a ser dominante) e frações do grande capital nacional (commodities e agronegócio) e, por outro, enfraquecimento do capital estatal e o capital industrial; piora da inserção internacional e, conseqüentemente, da sua vulnerabilidade externa estrutural, devido ao processo de reprimarização da pauta exportadora e da desindustrialização (Elizabeth, 2016, p. 51).

Nesse sentido entre 1989 a 2002, pelo menos 12 programas para estabilização macroeconômica foram implementados, mas foi a partir de 1999 com nova equipe econômica que se inicia um novo ciclo de crescimento, devido a novos mercados com a emergência de países emergentes China e Brasil, e apreciação do preço do petróleo. Entre 2002 a 2008, os planos bienais, denominados Programas Gerais econômicos, deram continuidade e estabeleceram tais objetivos. Por estas razões nesse século a experiência angolana do comércio internacional lidou fundamentalmente com duas problemáticas; o estabilização

macroeconômicas do crescimento econômico, (2002 a 2014) e o segundo paradigma passou a ser a preocupação pela diversificação da economia, através de políticas industriais estratégicas vigente e dado para longo prazo, como se poderá observar nesses dois quadros são os dilemas que Filgueiras (2018) define como vulnerabilidade externa conjuntural e vulnerabilidade externa estrutural, respectivamente, o mesmo argumenta que,

Vulnerabilidade externa estrutural decorre das mudanças relativas ao padrão de comércio, da eficiência do aparelho produtivo, do dinamismo tecnológico e da robustez do sistema financeiro nacional. A vulnerabilidade externa estrutural é determinada, principalmente, pelos processos de desregulamentação e liberalização nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira das relações econômicas internacionais do país. Ela é, fundamentalmente, um fenômeno de longo prazo (Filgueiras; Gonçalves, 2007, p. 35).

Ainda segundo Rocha (2008), é nesse sentido que o crescimento do PIB orientado pelo desempenho do preço do petróleo no início de 2000 vai levar a um período longo de estabilização macroeconômicas e políticas de liberalização comercial e ajustes de preços, que não significavam exatamente uma política econômica visando o desenvolvimento das forças produtivas, isto pode se verificar ao observar a balança comercial desse período, e o comportamento do capital financeiro e mão de obra em alguns setores, antes devemos considerar que o abandono das políticas industriais levariam a consequências como a que observa Elizabeth (2014, p. 52).

Aumento da volatilidade financeira, elevação do passivo externo, agigantamento dos déficits em Serviços e Rendas, a desindustrialização, a especialização regressiva da pauta exportadora, a especialização da pauta importadora em bens de alto valor agregado, maior externalização dos centros de decisão por conta do avanço da desnacionalização (perda de autonomia), entre outros (Elizabeth, 2014).

De fato, foi este o percurso de Angola no período pós-ajustes estruturais, apesar do crescimento exponencial do PIB.

4.2 O CRESCIMENTO ECONÔMICO ENTRE 2001 A 2008 E PROBLEMAS ESTRUTURAIS

Na véspera do início deste século XXI, no chamado período dos ajustes estruturais em Angola, os eventos internos da batalha do Cuito Cuanavale (1987-1988), e o choque do petróleo de 1986, levaram o país preparar a transição ao multipartidarismo nas eleições marcadas em 1992, no plano econômico o país lançou o Saneamento Econômico e Financeiro (SEF) e a candidatura ao FMI em 1987, (Gonçalves, 2010, p. 80). O programa de Saneamento Econômico e Financeiro, procurou cumprir as primeiras medidas de estabilização, através de propostas como; a correção dos desequilíbrios externos e internos, a recriação dos mercados

financeiros, promoção do crescimento econômico, (sobretudo nos setores produtivos, não petrolífero), a equipe do SEF não tinha propriamente afinidade com o modelo liberal nos moldes do Fundo Monetário Internacionais FMI e Banco Mundial, no entanto com a crise do petróleo de 1986, Angola viu perder 800 milhões em receitas, houve portanto a necessidade de um plano mais a curto prazo para lidar com os choques externos mais imediatos, que contava com ; renegociação da dívida, para equilíbrios externos, e equilíbrios orçamental no plano interno, assim como retomar a produção e exportações.

Assim surge o Plano de Ação de Governo PAG em setembro de 1990, além de outras medidas, como privatizações e legislações econômicas, este plano teve uma ação direta nos mecanismos dos preços, corrigindo distorções cambiais de diferentes mercados (paralelos) através da desvalorização da moeda local o Kwanza, a medida tinha inspiração no plano Collor do Brasil e até assessorias para tais medidas, segundo Menezes (1996)

A criação do “novo Kwanza”; e (numa medida pouco justificada para uma economia com parcela expressiva dos rendimentos não monetizada) a aplicação de um “enxugamento” da base monetária mediante um confisco de dinheiro tão brutal como o praticado no Brasil (Menezes, 1996, p. 313).

Se por um lado a redução da base monetária ocorria a uma economia ainda já bastante informal e de subsistência, - apesar das distorções de preços em mercados paralelos, essas políticas cumpriram a finalidade de implantar um sistema de preço, e uma economia de mercado, sobretudo um capitalismo financeiro/comercial, tanto que o objetivo que era proposto de estabilização da economia não veio a se concretizar, segundo Menezes, em 1990 a inflação saiu de 14% para 5% no início de 1991, mas em dezembro deste ano subiu para 25% esse patamar se manteve pelos nos anos a seguir. O que se verifica foi o fato de que “o PAG colocou, portanto, a economia angolana nos rumos do capitalismo, porém não solucionou seus problemas de instabilidade” (Menezes, 1993, p. 314).

No início da década de 90, a principal questão era o controle dos preços, segundo o IPCA em 1992 havia um aumento global de preços de 94,91%, (INE, 1992) segundo esses mesmos dados, a elevação mais significativa registrou-se nas lojas em divisas (205,93%), pouco influentes no índice global dada a exiguidade de seus consumidores, as lojas oficiais praticaram aumentos de 97,82%, e o comércio “paralelo” foi o que menos aumentou: 86,30% (INE, 1992). A discrepância dos preços nos mercados formais e paralelos foi o grande dilema a ser resolvido, e os programas de estabilização macroeconômica que se seguiram a partir da década de 90 buscaram resolver esse problema a partir da convergência cambial.

Durante os cerca de 12 programas que foram implementados entre 1989 e 2002, as medidas ocorreram na ocasião em que se previa o final do conflito armado, com instabilidades políticas e militares, e conseqüentemente problemas de vulnerabilidade conjunturais, para lidar com o baixo crescimento do PIB que fora -0,8% em 1992, -21% em 1993 e -20% em 1994, e altas taxas de inflação, segundo Alves da Rocha (2008, p. 151), nesse período iniciam-se o abandono de políticas econômicas que foram substituídas pela instabilidades políticas e combate mensal contra a inflação, dois programas aqui foram fundamentais para a virada ao novo século, o Programa de recuperação econômica e Social a partir de 1994 e o Programa de Estabilização e Recuperação Económica de Médio Prazo 1998--2000.

O primeiro programa mencionado, teve como *modus operandi* a livre compra e venda de moeda estrangeira, pelo banco nacional e bancos comerciais, no sentido de enxugar o excesso de moeda nacional pela venda de divisas, de fato com essa medida, a taxa de câmbio caiu de 6,946,9% em 1990 para 6% no ano de 2000. Mas restavam ainda os preços mantidos em monopólios e oligopólios sobretudo nos setores de petróleo, que funcionavam com câmbio especial, ainda nesse Programa, já em 1997, foi apontado a necessidade de se ampliar para estas áreas a política de preços, foi estabelecido, portanto, a âncora cambial sobre o controle sobre os três preços da economia, neste caso o controle e combate contra a inflação deveria atrelar a esfera fiscal, juros e câmbio. Entretanto foi no Programa de Estabilização e Recuperação Económica de Médio Prazo 1998--2000, que esta intenção foi de fato levado a cabo, que liberou de fato os preços em setores produtivos, a partir da ideia de que as vantagens comparativas iriam garantir o equilíbrio entre diferentes níveis de preços.

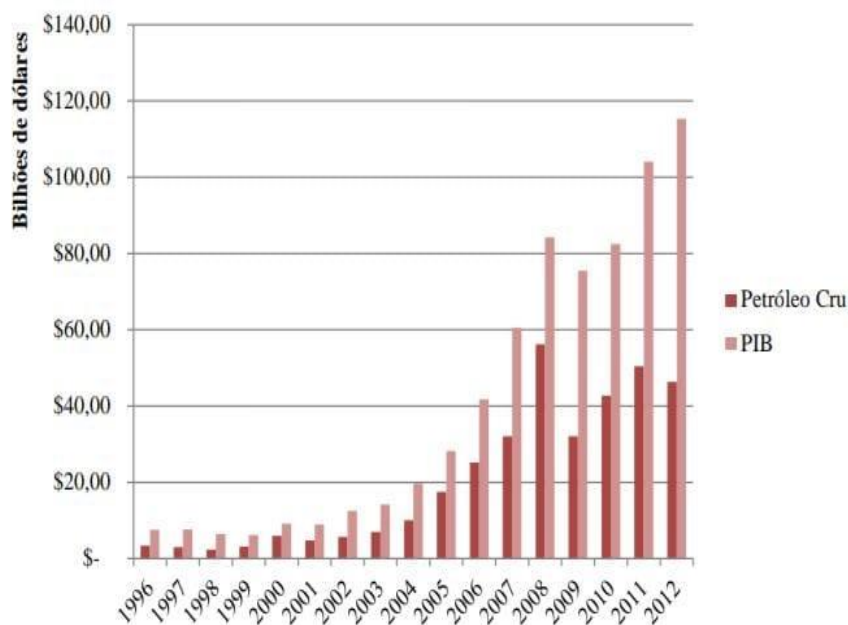
Tabela 3- Indicadores Econômicos de Angola no período de 1989-2001

Ano	PIB	Crescimento	Per capita	Saldo C. C.	Déficit Fiscal	%PIB
1989	8.587	0,4	881,7	-128	-24,4	
1990	8.547	-0,4	852,8	-158	-12,1	
1991	8.797	1,0	-847,5	608		
1992	-5,8	-0,8	-837	-26,5	495,8	7.989
1993	5.819	me-21-	522,7	-834	-16,6	1837,7
1994	4.292	- 20	372,2	-25,1	971,9	
1995	5.365	11,3	423,8	-451	-28,7	3.784,0
1996	6.535	11,7	502,3	-574	-14,5	1.651,3
1997	7.675	5,5	573,7	-978	-17,2	64,0
1998	6.449	0,0	468,5	-2.063	-10,0	134,8
1999	6.087	3,2	429,4	-1.764	-7,8	291,3
2000	8.869	3,1	607,4	637	-1,9	268,4
2001	8.936	3,1	608,0	152,5		

Fonte: UCAN (2010)

A consequência estrutural dessa nova forma de inserção internacional, baseado no ajuste dos preços dos fatores de produção, pode se verificar nessa abertura comercial-financeira, por um lado, foi a abertura de produtos primários e minérios para o mercado internacional, como se vê a seguir um primarização da pauta exportadora, um aumento de bens de transformação (lê-se de serviços e materiais de transporte e infraestrutura) ao mesmo tempo fraca participação da manufatura no PIB e crescimento de serviços não sofisticados, o que caracteriza a desindustrialização precoce (Lopes, 2019). Por outro lado, aumenta a dependência financeira, com o aumento da dívida externa, de fato esse fator reduziu a capacidade do estado de manter a tal política de estabilização macroeconômica. Como se vê a concentração da estrutura produtiva, pelo comportamento do sector do petróleo em relação ao PIB no Gráfico 6, embora houvesse nesse período um excedente na balança de transações correntes, uma desinflação, redução do déficit fiscal, um sistema bancário mais sofisticado, apenas setor petrolífero gerou cerca de 91,8 mil milhões de dólares entre 2003 a 2008 se mantendo como motor da economia, o setor não petrolífero 9,7% do PIB (40,8% deste número, ainda de origem no petróleo).

Gráfico 3- Relação do setor do petróleo no PIB



Fonte: Banco Mundial (2009) e The Observatory of Economic Complexity (2008)

Em todo caso, embora de forma desproporcional ao setor petrolífero, outros setores setor de serviços agricultura e indústria transformadora, tiveram bom desempenho nesse período, mas o interessante é compreender a implicância desses setores na estrutura produtiva, verifica-se neste caso, que o setor da indústria transformadora de baixo valor agregado, alimentos e bebidas era 80%, verifica-se igualmente que, com a crise internacional de 2008, os setores da agricultura e transformação drasticamente, ao passo que há um aumento no setor de serviços (Alves, 2010, p. 142). Este fato demonstra o nível de dependência desses setores mais dinâmicos, no sentido de que sua boa performance ao longo desses anos esteve atrelada a condição da poupança externa.

Tabela 4- Taxa de crescimento setor não petrolífero (%)

Setor	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agricultura	14,1	17,0	9,8	27,0	1,9	27,0
Transformadora	13,5	24,9	44,7	32,6	11,0	10,3
Serviços	10,4	8,5	38,1	21,8	28,9	4,4

Fonte: Elaborado a partir de dados do Rocha (2010)

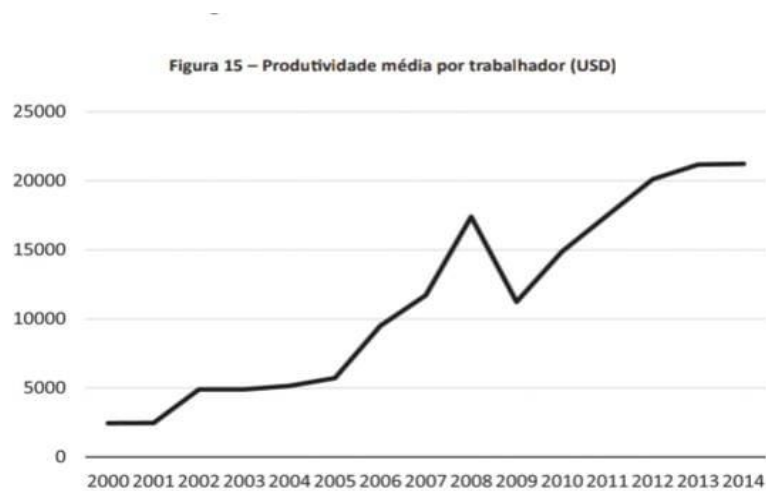
A incipiência do mercado interno se apresenta mais agravante quando constatamos a produtividade do trabalhador em cada setor, se calcularmos os números, no período de 2005 a 2009 a produtividade média por trabalhador cresceu de 5722,9 para 13 498,7 em 2011, esse crescimento ainda esteve abaixo da média da região principalmente em países como Botswana e Maurícias ambos com 42.000 dólares, destaca-se entre outros componentes a fraca participação da agricultura na dinâmica produtiva do país, conforme aponta Rocha (2010)

As disparidades intersetoriais da produtividade são muito elevadas, perdendo significado, por exemplo, a comparação entre a produtividade bruta aparente do sector do petróleo e da agricultura. São dois mundos diferentes e situados nas antípodas um do outro. As diferenças setoriais de produtividade do trabalho confirmam os desequilíbrios estruturais da economia angolana. Mesmo dentro da economia não-petrolífera, os desequilíbrios são enormes, aparecendo o sector primário (agricultura, pecuária, florestas e pescas) como

o mais definhado, apesar das reconhecidas potencialidades e dos meios estatais postos à sua disposição (Rocha, 2010, p. 153).

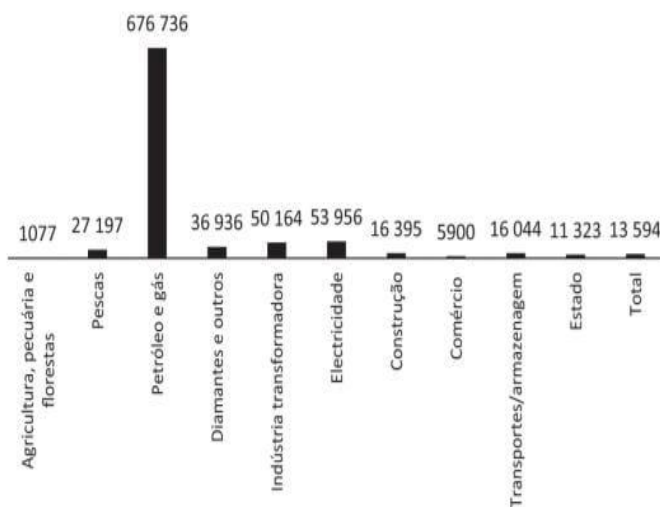
A fraca participação de outros setores em relação ao setor do petróleo demonstra a baixa capacidade da economia petrolífera de fazer inversão de capital para setor como da agricultura, contribuindo por demanda interna deficiente.

Gráfico 4– Produtividade média por trabalhador (USD)



Fonte: CEIC (2015)

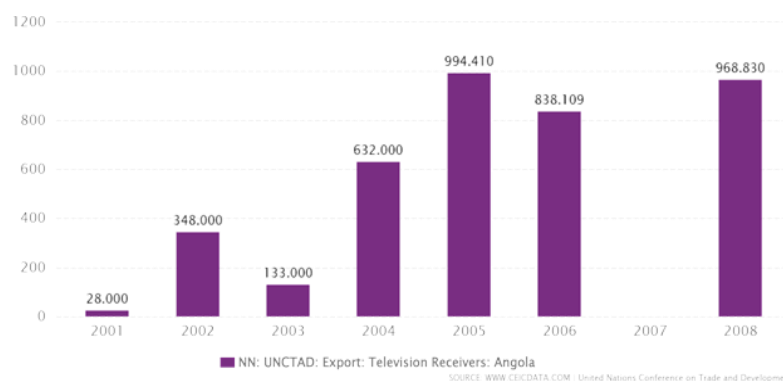
Gráfico 5– Produtividade média por setor de atividades



Fonte: CEIC (2011)

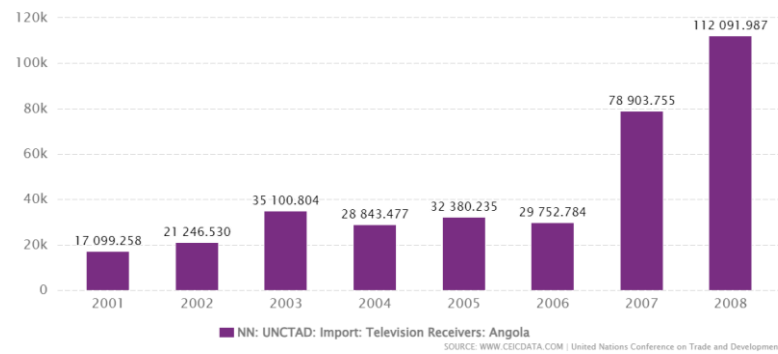
O êxito dessas políticas de estabilização são incontestáveis nesse período, pelo menos no que se refere a normalização dos preços a medida do capital internacional, mas o custo da estrutura produtiva nesse cenário são verificáveis, o primeiro sintoma foi a preocupação com a dívida externa e interna, segundo Adebayo Adedeji (1995), corroborado pelo então presidente José Eduardo dos Santos, a negação de uma mesa redonda com doações ocidentais para negociação da dívida pública e externa africana, levou a maioria desses países a buscarem relação com países emergentes como China, Brasil - no caso de Angola, e nova dinâmica de crescimento a partir de 2002 passou a vigorar com parceiros pouco tradicionais, estes países emergentes tinham 5% de participação de investimento estrangeiro direto em 1990, mas em 2001 esse número cresceu para 27%, surgimento como um espaço de maior barganha para redefinir um padrão diferente de comércio de Angola, ao mesmo tempo como novos centros de decisão, além daqueles parceiros tradicionais, as exportações dispararam de forma quase exponencial, e as importações começam a crescer apenas em 2007, o que em si revela uma relação ambígua na conta corrente, dado que esse período corresponde ao início da crise financeira de 2008, as importações passaram a crescer pela incapacidade do mercado interno, e pela excessiva dependência externa. Na véspera da crise de 2008, quando vemos a taxa de variação homologa as importações cresceram 56%, ao passo que as exportações eram de 42%.

Gráfico 6- Exportações de Angola, em USD



Fonte: CEIC (2020)

Gráfico 7 - Importações de Angola, em USD



Fonte: CEIC (2020)

Tabela 5- Pauta de exportações e importações de Angola 2007-2008

Grupo de Produtos	2007		2008		Taxa de variação Homóloga (%)	Estrutura %
	Mil USD	Mil KZ	Mil USD	Mil KZ		
Exportação						
Total Geral	44 177 783	3 389 342 100	64 700 508	4 866 362 910	46,45	100,00
1 Agrícolas	42 989	3 304 813	46 177	3 473 110	7,42	0,07
3 Combustíveis	42 952 519	3 295 466 782	63 418 404	4 769 931 581	47,65	98,02
7 Madeira e Cortiça	331	25 159	411	30 913	24,06	0,00
8 Matérias Celulósicas e Papel	nd	nd	nd	nd	nd	nd
13 Metais Comuns	nd	nd	nd	nd	nd	nd
17 Outros Produtos	1 181 944	90 545 346	1 235 517	92 927 305	4,53	1,91
Importação						
Total Geral	11 094 843	853 834 115	16 972 740	1 276 771 280	52,98	100,00
1 Agrícolas	1 039 473	79 604 939	1 602 202	120 523 099	54,14	9,44
2 Alimentares	746 982	57 341 047	1 128 643	84 901 496	51,09	6,65
3 Combustíveis	146 814	11 238 197	642 051	48 296 265	337,32	3,78
4 Químicos	518 387	39 755 276	844 733	63 543 129	62,95	4,98
5 Plásticos e Borrachas	391 840	29 996 142	518 755	39 021 683	32,39	3,06
6 Peles e Couros	18 194	1 401 803	27 317	2 054 863	50,14	0,16
7 Madeira e Cortiça	48 737	3 733 651	97 947	7 367 742	100,97	0,58
8 Produtos Celulósicas e Papel	136 808	10 507 450	215 650	16 222 241	57,63	1,27
9 Matérias Têxteis	137 036	10 548 933	210 073	15 801 225	53,30	1,24
10 Vestuários	97 805	7 490 300	143 922	10 826 055	47,15	0,85
11 Calçado	63 051	4 830 640	73 330	5 516 441	16,30	0,43
12 Minerais e Mineiros	315 861	24 271 907	491 993	37 008 585	55,76	2,90
13 Metais Comuns	1 274 056	97 700 945	2 146 034	161 431 539	68,44	12,64
14 Máquinas Equip. e Aparelhos	3 829 203	297 130 499	4 354 280	327 544 428	13,71	25,65
15 Veículos e O.M. Transporte	1 682 337	128 734 347	3 550 973	267 145 374	111,07	20,92
16 Óptica e Precisão	245 592	18 779 383	351 328	26 426 822	43,05	2,07
17 Outros Produtos	403 657	30 768 657	573 508	43 140 304	43,43	3,38

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2010)

Esta distribuição dos produtos na pauta angolana demonstra uma realidade ainda de menor impacto, mas que se agrava ao analisarmos o balanço de pagamentos no período final desse ciclo de crescimento, podemos verificar melhor essa vulnerabilidade estrutural a despeito da boa performance do setor petrolífero e estabilidade macroeconômicas, ocorre, portanto, que a despeito do superávit na conta corrente, as exportações são majoritariamente dirigidas pelo setor petrolífero, ao passo as importações estão em números negativos e em declínio. Do mesmo modo, no movimento do capital verifica-se menor investimento estrangeiro direto e maior investimento em carteira.

Para a nossa análise é importante destacar o desequilíbrio na conta corrente, com redução nessa conta de 9,4 mil milhões em 2007 para 6,4 mil milhões em 2008, por conta do aumento das importações (53,6%) em detrimento das exportações (44%), ocorre que com o déficit na conta de serviços e rendimentos (76%,6), (65,2%) respectivamente, o desequilíbrio da conta corrente irá requerer mais entradas financeiras na conta capital, aqui se observa uma realidade já verificada anteriormente, uma vez liberadas o setor externo, o resto da estrutura econômica está a ancorada ao exterior, não estranha-se o fato de que após esse período de forte crescimento, a dívida pública e externa do país tenha elevado substancialmente. Vemos, contudo, que apesar de um período de maior crescimento econômico de 15% entre 2002-2008, maior na região do continente africano e maior desempenho a nível do mundo, a vulnerabilidade estrutural prevalece, e a questão antiga do *défice* da balança de pagamento, que nas palavras de Alves da Rocha foram se tornando crônicas.

Quadro 1- Balanço de Pagamentos no período de 2006-2008, em mil milhões de USD

Conta corrente	10,7	9,4	6,4
Conta Comercial	23,1	30,7	42,9
Exportações, fob	31,9	44,4	63,9
Sector petrolífero	30,5	43,0	62,5
Sector diamantífero	1,2	1,2	1,2
Outros sectores	0,2	0,2	0,2
Importações fob	-8,8	-13,7	-21,0
Conta Serviços (líquido)	-6,0	-12,3	-21,8
Conta Rendimentos (líquido)	-6,2	-8,8	-14,5
Conta Transferências Correntes	-0,2	-0,2	-0,2
Conta de capital e financeira	-5,6	-5,9	0,6
Transferências de Capital (líquido)	0,0	0,0	0,0

Investimento Directo (líquido)	-0,2	-1,8	-0,9
Investimento de Carteira (líquido)	-1,4	-2,0	-1,8
Derivados Financeiros (líquido)	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos	-3,9	-2,1	3,3
Activos	-1,6	-4,9	-4,4
Créditos comerciais	0,1	-2,8	2,8
Empréstimos	0,0	0,0	0,0
Moeda e Depósitos	-1,8	-2,1	-7,1
Outros Altivos	0,0	0,0	-0,1
Passivos	-2,3	2,7	7,6
Créditos Comerciais	0,4	-0,2	-0,4
Empréstimos	-1,1	2,5	5,0
Moeda e Depósitos	0,0	0,5	2,0
Outros Passivos	-1,6	-0,1	1,0
Erros e omissões	0,3	-0,5	-0,4

Activos de reserva BNA Produtividades por setor, em USD,

Fonte: Angola (2008)

Em suma , o balanço de pagamento, revela um desequilíbrio entre a conta corrente e a conta de rendimentos, isto apesar do crescimento exponencial das exportações a partir de 2003, esse indicativo, está relacionado com dependência do país ao capital internacional, que só ao ser aberta a conta capital no modelo de liberalização, entraram vultosos investimentos estrangeiros diretos sobretudo em infraestrutura, financeiro sobretudo pela China e Brasil, que são igualmente parceiros importantes, o financiamento pelos investimentos estrangeiros direto passaram dar lugar a outros tipos de financiamentos, geralmente não concessionais, foi por esse ocasião que a enquanto a ideia de uma mercado de capitais formulada em 1988, veio a ser implementado em 2005, além disso a estruturação de uma banca mais sofisticada desde cedo já mantinha uma função atípica, segundo Quixina (2019), a intermediação da banca, surtia um efeito adversos, ao invés de aumentar sua participação no crescimento do país Yuri Quixina alega que a estrutura bancária serviu para extração de excedente para outras capitalizações. Por outro lado, foram as dívidas interna e externa, enquanto no período de crescimento (2002-2008), a dívida externa reduziu bastante em relação a época anterior ao fim do crescimento a dívida externa cresceu de maneira exponencial de 2008 em demonstra o custo das medidas de estabilização se preços, que deixaram outras medidas estruturais a deriva.

5 CONCLUSÃO

A investigação desse trabalho buscou apresentar como a conjuntura do comércio internacional influenciou na estrutura produtiva de Angola, realizamos a análise de dois momentos importantes da economia de Angola, a industrialização entre 1960 e 1970, e em seguida o período do crescimento após ajustes estruturais, estes períodos tiveram grande volume de exportações e relativo incremento de capital físico, realizadas tal investigação vimos que o crescimento nesses períodos foi evidente, mas criou estrangulamentos na estrutura produtivas, quer dizer, a demanda local não aparece como prioridade, podemos ver mais claramente pela análise feitas pelos fatores de trabalho, capital e processos de acumulação que se apresentam incipiente e virado ao mercado externo, ao mesmo tempo, pode ver-se tal problema nos setores de atividades, que são setores de incremento ao longo da mesma dinâmica.

Dadas essas objeções sobre o padrão do comércio internacional em Angola, conclui-se que Angola utilizou o método das vantagens comparativas na industrialização da década de 60 a 60, o que significou o aumento do volume do comércio pelas abundância de bens disponíveis para suprir o mercado, já década de 90 até 2008, o método foi estritamente neoclássico, no sentido que a combinação dos mecanismos de preços, pelas políticas de estabilização cambial, fiscal e correção da inflação, levaram a combinação automática do mercado interno com os mercados internacionais, dada a competição entre estes, levou Angola a utilizar uma pauta primário exportadora, com graves consequências tanto para sua estrutura econômica quanto nos custos das políticas de estabilização que se tornaram crônicas. Portanto um novo paradigma deve chamar a atenção a literatura da economia em Angola, assim como as políticas econômicas, esse paradigma deverá levar em conta as questões da dinâmica produtiva.

Atualmente existe um pragmatismo a favor das políticas industriais e diversificação da economia, que é hoje consenso na política e opinião pública em Angola, o estudo realizado nesse trabalho advoga que a transformação estrutural no setor produtivo deve levar em contra o padrão de especialização produtiva relacionada à dinâmica do comércio internacional, e não apenas estudos *in locus*.

REFERÊNCIAS

- ANDREFF, Wladimir. **The new emerging TNCs from economies in transition: a comparison with Third World outward FDI**. New York: United Nations library, ago. 2003.
- ANGOLA. Ministério das Finanças. **Boletim anual de estatísticas do orçamento geral do estado (2008)**, Disponível em: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmy/~edisp/minfin032934.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BAILEY, Samuel. **A critical dissertation on the nature, measures, and causes of value: chiefly in reference to the writing of Mr. Ricardo and his followers**. London: Franklin Classics Trade Press. England, out. 2018.
- BÉLA, Balassa. **The theory of economic integration**. London: United Kingdom; Routledge revivals, 1962.
- CAVES, E, Richard. **International trade, international investment, imperfect market**. Califórnia: Princeton University Press, 1974. (Special papers in international economics, n. 10) .
- CEIC. **Exportações e importações de Angola 2001 a 2009**. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/pt/indicator/angola/aluminum-exports>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- CEVO, Amado Luís. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CHIPMAN John S. A survey of the theory of international trade: part 1: the classical theory. **The Econometric Society**, Cambridge, v. 33, n. 3, jul.1965.
- CLARENCE-SMITH, W. G. The myth of uneconomic imperialism: the portuguese in Angola, 1836-1926. **Journal of Southern African Studies**, v. 5, n. 2, p. 165-180. abr. 1979
- CLARENCE-SMITH, William. **The third portuguese empire, 1825–1975: a study in economic imperialism**. Manchester: Manchester University Press, 1985.
- CUNNINGHAM, William. **Indústria e comércio ingleses nos tempos modernos: o sistema mercantil (1882)**. 7. ed. rev. São Paulo: Cambridge U. Press, 1983.
- DAVID, R. Donald. **Stolper-Samuelson is dead and other crimes of both theory**. Chicago: University of Chicago Press, mar. 2007.
- ELIZABETH, Moura Germano, Oliveira. **A economia do conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro**. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2017.
- EMMANUEL, Alguiri. Unequal exchange: a study of imperialism of trade. **Monthly Review Press**, New York, v. 1, maio 1972.
- FILGUEIRAS, Luís. Padrão de reprodução do capital, e capitalismo dependente do Brasil atual. Cad. **Caderno CRH**, n. 31, v. 84, set.- dez. 2018

- FRANKEL H. S. **Capital investment in África**. London: Oxford University Press, 1938. 487 p.
- GALVÃO, Henrique. **Por Angola**: quatro anos de atividade parlamentar. Lisboa: [S.n.], 1961.
- GANDOLFO G. **The classical (Ricardo-Torrens) theory of comparative costs**. Berlin, Heidelberg: International Economics, Springer, 1986.
- GODWIN, Uddin. **A critique of modern theories of trade**. Nigeria: School of Management and Social Sciences, 2021.
- GRAHAM, Dunstone F. **The theory of international value re-examined**. New York: Harvard University Press, 1923.
- GROSSMAN, M. Gene; HELPMAN, Elhan. Trade, knowledge spillovers and growth. **European Economic Review**, v. 35, n. 2-3, abr. 1991.
- GUPTA, Dav Satia. Comparative advantage and competitive advantage: an economics perspective and a synthesis. **Athens Journal of Business and Economics**, v. 1, jan. 2015.
- HAILEY, Lorde W. M. **An Africa survey**. Londres: McMillan, 1956.
- HAMMOND, R. **Portugal and Africa, 1815–1910: a study in uneconomic imperialism**. Stanford: Stanford University Press, 1966.
- HAMMOUDA, Ben Hakim. **The political economy of post-adjustment: towards new theories and strategies of development**. London: Routledge Revivals, 2003.
- HARROD, R. F. **The trade cycle: an essay**. London: Oxford, 1936.
- HEIMER, Franz-Wilhelm. Sobre a articulação dos modos de produção de Angola: uma nota metodológica. Lisboa: **Análise Social**, terceira série, v.19, n. 77/79, 1982.
- HELPMAN, Helhanan. A simple theory of trade with multinational corporations. **Article in Journal of Political Economy**, v. 92, n.3, fev. 1984.
- HERRERA, Remy. **The hidden face of endogenous growth theory: analytical and ideological perspectives in the era of neoliberal globalization**. Paris: National Center for Scientific Research, 2004.
- HONG, Wontack. **A developing country's perspective of the international trade system**. London: International Economic Association Series, 1988.
- HUANG Hanwei. **Comparative advantage, competition and firm heterogeneity**. London: College London; City University of Hong Kong, maio 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatística de comércio exterior**. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/NDI%3D> . Acesso: 04 nov. 2023.
- JAIME JR., Frederico Gonzaga. **Notes on trade and growth**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE, 2001.
- KATZENELLENBOGEN, S. E. **South Africa and Southern Mozambique: labour, railways and trade in the making of a relationship**. Manchester: Manchester University Press, 1982.
- KUSNETS, Simon. Modern economic growth: findings and reflections. **American Economic Review**, v. 63, n. 3, p. 247-58, 1973.

- LAKATO Saria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEAMER, Edward. **The Heckscher–Ohlin model in theory and practice**. New Jersey: Princeton, fev.1995. (Princeton Studies in International Finance, n.2).
- LIMA, Moreira Uallace. O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3 , p. 585-631, dez. 2017.
- LIMA, Moreira, Uallace. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 2 , p. 213-228, 2012.
- LINDER, Staffan B. **Anassay on trade and transformation**. Nova Jersey: John Wiley& Sons, 1961.
- LOPES, Carlos; VELTE, Dick Wilhem. **Structural transformation, economic development, and industrialisation in Africa post-Covid-19**. New York: Institute for a New Economicthinking, 2021.
- MALTHUS, Thomas. **An essay on the principle of population**. 14. ed. London: J.M., 1826.
- MANOLESCU, Kustner Maria. **A teoria pura da economia internacional: evolução e problemas**. [S.l.]: Vanderbilt University, 1970.
- MARINI, Mauro R. **Dialética da dependência**. 10. ed. México: Era, 1990.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Unesp, 2009.
- MENDES, S. D. **O trabalho assalariado em Angola**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1965.
- MENEZES, Solival Silva e. **Dinâmica de uma economia dependente colonial para a economia centralmente planejada, e sua inflexão recente, para a economia de mercado**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- METZLER, Lloyd A. Graham theory of internacional values. **The American Economic Review**, v. 40, 1953.
- MILL, Stuart, John. **Essays on some unsettled questions of political economy**. England: Batoche Books, 2000.
- MYINT, Hla. The "classical theory" of international trade and the underdeveloped countries. **The Economic Journal Source**, v. 68, n. 270, jun.1958.
- NELSON, R Richard. **Issues and suggestions for the study of industrial organization in a regime of rapid technical change**. Yale: Yale University, 1972.
- OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: contribuição da teoria Marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RAINELLI, Michel. **Le commerce international**. 9. ed. Paris: La Découverte, 2003.
- RICARDO, David. **Notes of Malthus: measure of value**. Cambridge: Edit Pier Luigi Porta; Cambridge University Press, 1992.
- ROBINSON, Joan. **The theory of value reconsedered**. London: University College, 1988.

- ROCHA, Manuel José Alves da. **Desigualdades e assimetrias regionais em Angola**. 2010. Luanda: Universidade Católica de Angola, Centros de Estudos e Investigação Científica, 2010.
- SAY, Batiste Jean. **Tratado de economia política**. [S.l.]: Fundo de Cultura Econômica, 2001.
- SILVA, Aparecida Fernanda. Comércio internacional e crescimento econômico: uma análise considerando os setores e a assimetria de crescimento dos estados. **Nova Economia**, v.28, 2018.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SOUSA, Caroline de. **Clusters industriais vantagens competitivas e desenvolvimento regional**. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.
- SVLETICIT, Marjan. Foreign direct investment and the transformation of central european economies. **Management International Review**, v. 34, n. 4, 1994.
- TEECE J David. **Economies of scope and the scope of the enterprise**. Califórnia: Graduate School of Business, Stanford University, Stanford, CA, 1979.
- TORRES, Adelino. **Pacto colonial e industrialização em Angola**. Lisboa: Análise Social, 1983.
- VEBLÉN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1998. (Os economistas).
- VINER, Jacob. **Studies in the theory of international trade**. London: Pages Published, 2018.